

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

DOUGLAS SILVA RABBI

**A INSTALAÇÃO DE MUNICÍPIOS E A GEOGRAFIA HISTÓRICA: O CASO DO
NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO E O LITÍGIO COM MINAS GERAIS (1904-1963)**

**Vitória
2023**

DOUGLAS SILVA RABBI

**A INSTALAÇÃO DE MUNICÍPIOS E A GEOGRAFIA HISTÓRICA: O CASO DO
NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO E O LITÍGIO COM MINAS GERAIS (1904-1963)**

Relatório de pesquisa apresentado ao Departamento de Geografia, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlo Eugênio Nogueira.

**Vitória
2023**

DOUGLAS SILVA RABBI

**A INSTALAÇÃO DE MUNICÍPIOS E A GEOGRAFIA HISTÓRICA: O CASO DO
NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO E O LITÍGIO COM MINAS GERAIS (1904-1963)**

Relatório de pesquisa apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovada em 21 de julho de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlo Eugênio Nogueira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Rafael de Castro Catão
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Titular

Prof. Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Titular

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Rabbi, Douglas Silva, 1979 –

A instalação de municípios e a geografia histórica: o caso do Noroeste do Espírito Santo e o litígio com Minas Gerais (1904-1963) / Douglas Silva Rabbi. 2023.

75 f.: il.

Orientador: Carlo Eugênio Nogueira

Trabalho de Conclusão de Curso (Relatório de Pesquisa) – Universidade Federal Do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Espírito Santo – Geografia. 2. Fronteiras. 3. Geografia histórica. I. Nogueira, Carlo Eugênio. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

Para minha mãe, Conceição, minhas tias Abgail e Terezinha.

Para minha irmã e apoio constante, Veruska.

Em memória de Márcio Silva Rabbi,
amado irmão, vítima da pandemia de Covid-19.

AGRADECIMENTOS

Agradecer sempre é difícil, principalmente porque sempre há a possibilidade de se esquecer de alguém. Mesmo assim, primeiramente, agradeço à fé que mantive em Deus ao longo do curso de Geografia, conciliando quarenta horas semanais de trabalho ao curso noturno. Várias foram as vezes em que pensei em desistir. Foram muitos finais de semana e noites gastos para conseguir acompanhar meus colegas de faculdade. É claro que só consegui fazer isto com o apoio de minha família, a quem devo eterna gratidão, especialmente minha irmã, Veruska, minha mãe, Conceição, e minhas tias, Abgail e Terezinha. Sem o mínimo de apoio de meus colegas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como Gustavo, que eventualmente me deram cobertura na época de provas, facilmente teria desistido de concluir este curso.

Os desafios foram vários, principalmente a pandemia de Covid-19, que mudou drasticamente minha rotina de trabalho e de estudos. É aqui que agradeço a meu orientador, Carlo Eugênio, que teve muita paciência e flexibilidade para me auxiliar, sabendo de minhas limitações, principalmente de tempo disponível para estudo. O pontapé inicial para esta pesquisa é de responsabilidade de meu antigo orientador e amigo, professor Luiz Cláudio, que tem uma capacidade ímpar de estimular a todos seus alunos.

Durante minha graduação, agradeço imensamente aos colegas Diego e Daniel, e principalmente aos amigos do grupo “Regolito”, Josimar e Sidinei, este último me ajudou muito na sobreposição de dois mapas que seguem no final do relatório. Agradeço a cada professor do curso de Geografia, pelo engajamento que tiveram para nos ensinar com os desafios e limitações impostos pelo horário noturno. Um cordial abraço a cada um que acreditou em mim.

RESUMO

Analisa aspectos históricos e geográficos da formação territorial do Espírito Santo, por meio de pressões existentes tanto por parte das levas migratórias à região Noroeste do estado, como por meio da oficialização da presença do Estado brasileiro a partir da valorização da região. Busca, em tal análise, compreender os estudos acadêmicos já realizados sobre a região, sobretudo teses e dissertações. Também realiza um levantamento parcial das obras de geografia acerca da região no período de litígio com Minas Gerais entre 1904 e 1963, principalmente com levantamento de mapas elaborados pelo Serviço Geográfico do Exército. O relatório procura encontrar fundamentos para novas análises do Noroeste do Espírito Santo, a partir das lacunas encontradas nos estudos anteriores, sobretudo com a possibilidade de aplicação de técnicas de cartografia histórica, ou levantamento quantitativo e serial de contratos de compra e venda de terras, algo ainda não realizado. Em se tratando de conclusões parciais, destaca-se a quase total ausência de estudos científicos (em história e geografia) de quase todos os municípios do Noroeste do Espírito Santo, exceto por alguns trabalhos acerca de Ecoporanga ou Barra de São Francisco. Neste sentido, discorre brevemente sobre a instalação de municípios como forma de legitimar as fronteiras entre os dois estados. Finalmente, o relatório teve como objetivo focar e restringir o objeto de estudo, que ainda está em andamento.

Palavras-chave: Municípios. Geografia Histórica. Noroeste do Espírito Santo. Contestado. Limites.

SUMÁRIO

Introdução	9
1. Geo-história, Geografia histórica, História da Geografia	14
2. O Noroeste do Espírito Santo como objeto da Geografia histórica	18
3. Estado da arte sobre o objeto de estudo	22
4. A instalação de municípios como afirmação de poder sobre o território	48
4.1. A instalação de municípios no Noroeste do Espírito Santo	53
5. Considerações parciais: Lacunas e potencialidades do Noroeste do Espírito Santo para a Geografia Histórica	58
Referências bibliográficas	62
ANEXO I: Série de mapas históricos do Espírito Santo	69

Introdução

O relatório expandido que segue é uma continuidade da iniciação científica voluntária, realizada entre 2020 e 2021, de forma remota, junto ao Laboratório de Estudos Territoriais (LaTerra). À época, havia algumas dúvidas quanto à ocupação da região do Contestado, principalmente uma certa inquietação que se tinha sobre as ideias de “barreira verde” e de “vazio demográfico” como fatos históricos incontestáveis. Sendo o Noroeste do Espírito Santo uma região “relativamente” pequena (depende da abordagem e da escala) e com um “passado histórico oficial” (entenda-se ocupação de imigrantes além de indígenas, caboclos e quilombola) de menos de dois séculos, pareceu ser possível compreendê-la à luz da geografia e da história. Mesmo assim, até o momento, faltou um trabalho de campo, recurso fundamental para qualquer análise geográfica. A pandemia quebrou muito o ritmo de desenvolvimento do relatório, e além dela, a morosidade e os desafios impostos pelo Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, repartição da qual o autor faz parte, sobrecarregaram as rotinas de estudo no último ano.

Mesmo com dificuldades, conseguiram-se alguns avanços. O primeiro foi a delimitação espaço-temporal do objeto, pois a ideia inicial era um estudo de todo o norte do Espírito Santo. O segundo avanço foi a separação de fontes primárias: 1) TCCs, dissertações e teses sobre a região; 2) estudos e relatórios produzidos por intelectuais da época, com destaque para as obras de Cícero Moraes e Alberto Lofêgo; 3) estudos científicos divulgados na *Revista Brasileira de Geografia* entre os anos 1940 e 1960, que contextualizam os impasses existentes na região do Contestado. Um terceiro ponto, o referencial teórico, apesar de ainda não ter sido aprofundado com o devido rigor, foi igualmente delimitado: 1) estudos de Antônio Carlos Robert de Moraes e de Rogério Haesbart; 2) conceitos de geo-história e geografia histórica de Fernand Braudel e Pierre Monbeig. Um quarto ponto também foi delimitado: em busca de uma “geografia total”, como o trabalho de Bernardo Neto (2012) poderá ser obtida com o aprofundamento no uso de ferramentas de Sistemas de Informações Geográficas aplicados ao passado, àquele passado, ou seja, o objeto em questão pode ser interpretado pela cartografia temática (e histórica). Um último

ponto, mais *possível* que *realizável* é o uso de fontes não-convencionais para a compreensão do espaço geográfico em questão: tratam-se de fontes literárias, como o livro *Cotaxé, a reinvenção de canudos*, de Adilson Vilaça de Freitas, ou as memórias de Ceciliano Abel de Almeida, *O desbravamento das selvas do rio Doce – memórias*, ou ainda a obra de Waldemar Pequeno, *Um advogado aí pelos sertões*. Uma outra fonte não-convencional seria uma análise empírica, principalmente de contratos de compra e venda das terras da região Noroeste. Geralmente, tais contratos são apenas citados, mas nunca analisados empiricamente. Saber quem vendeu terras e quem as comprou na região noroeste do Espírito Santo poderá explicar relações de poder, por exemplo. Até o momento do presente relatório não foi encontrado nenhum estudo acadêmico com este tipo de proposta, possivelmente pelo excesso de trabalho que resultaria de tal abordagem, ou, pior, pela falta de fontes. É aqui que entraria o trabalho de campo, nos arquivos públicos das sedes de cada um dos municípios da região noroeste do Espírito Santo, em concomitância com documentos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. A estrutura fundiária já foi estudada, vez por outra, com os dados dos Censos Agropecuários do IBGE, mas pode-se supor que a análise de tais contratos implique em dados adicionais aos estudos comparados das séries estatísticas dos Censos. Há a possibilidade de tal trabalho não ter sido desenvolvido por não haver fontes suficientes nos arquivos dos municípios em questão, ou ainda pelo fato de o coronelismo a ser desvendado de tais documentos ser “*embarreirado*” pelas oligarquias regionais: afinal, se o passado é “ruim”, melhor não ser mexido. Finalmente, não encontramos, até o momento, trabalhos que se disponham a analisar exaustivamente em que se constituiria o pensamento geográfico inferido nos relatórios elaborados por advogados que arbitraram ou auxiliaram na demarcação dos atuais territórios do Espírito Santo e de Minas Gerais, como a trilogia de Antônio Gonçalves de Oliveira e Darcy Bessone de Oliveira Andrade, por parte de Minas Gerais, e Targino Ribeiro, Cícero Moraes e Rubem Ferraz, por parte do Espírito Santo. Enfim, até o atual momento encontraram-se mais lacunas e questionamentos que respostas fechadas.

Como se trata de um relatório, apenas, optou-se por fazer textos breves, divididos em quatro capítulos, seguidos por considerações parciais. A primeira parte, *Geo-história, Geografia histórica, História da Geografia*, é o início de uma reflexão que tende a ser bastante promissora, seja pelos estudos clássicos de Pierre Monbeig ou

de Fernand Braudel acerca da temática, seja pelos estudos de Geografia Histórica, principalmente de Antônio Carlos Robert de Moraes, e num segundo plano, de Rogério Haesbart. Compreender o território à luz da geografia histórica é um desafio cuja jornada apenas se iniciou.

O segundo tópico, *O Noroeste do Espírito Santo como objeto da Geografia histórica*, basicamente, é um breve texto em que se aprofundam as potencialidades da região como objeto de análise da geografia histórica. O terceiro texto, *Estado da arte sobre o objeto de estudo*, foi um dos mais exaustivos, pois além de buscar o máximo de fontes sobre a temática, as agrupou segundo abordagens. Deve-se destacar que sempre haverá novas fontes sobre a temática. Neste tópico tentou-se realizar a tarefa de dialogar com os estudos regionais acerca do noroeste do Espírito Santo. Infelizmente, chegou-se à conclusão que muitos destes estudos não dialogam entre si, muitos partem do zero refazendo, desnecessariamente, os mesmos trabalhos. Também se observou que a região passou a ser amplamente estudada à partir de meados da década de 2010, e que poderia haver, em grande parte de tais estudos, um maior aprofundamento na conjuntura histórica do Espírito Santo e do Brasil.

O quarto texto, *A instalação de municípios como afirmação de poder sobre o território*, dividido no subtópico *A instalação de municípios no Noroeste do Espírito Santo*, mostra, grosso modo, a ausência quase total de estudos histórico-geográficos dos municípios que constituem a região noroeste do Espírito Santo. Geralmente os únicos dados que tais municípios dispõem são dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou livros comemorativos redigidos por historiadores locais, com mais características de memórias livres que estudos científicos, como foi o caso dos estudos de Mucurici, Montanha ou Barra de São Francisco. A exceção são os estudos centrados em Ecoporanga ou no seu distrito de Cotaxé, o que faz supor que os demais municípios simplesmente não possuem uma história própria, ou uma relação com o espaço que justifique algum estudo geográfico. Neste tópico, chegou-se à conclusão parcial de que a instalação de municípios pode ser vista como uma forma de legitimação do poder sobre determinado espaço. Contudo, os textos “a-históricos” ou comemorativos das cidades acima mencionadas também podem ser

vistos como memórias, e analisados à luz da geografia histórica da mesma forma que as memórias de Ceciliano Abel de Almeida, por exemplo. O ápice deste tópico são as hipóteses lançadas acerca da presença oficial do Estado na região.

O quinto e último texto, *Considerações parciais: Lacunas e potencialidades do Noroeste do Espírito Santo para a Geografia Histórica*, sintetiza os quatro primeiros textos, e reafirma, brevemente, em que estágio a atual pesquisa se encontra. Seguem as referências bibliográficas e alguns mapas da região do Contestado.

Infelizmente não houve tempo hábil para uma compreensão aprofundada de conceitos como *território* e *territorialidade*, de Haesbaert (1997, 2007, 2010, 2011, 2014). Ou mesmo os fundamentos da geografia histórica de Moraes (1988, 1989, 2005, 2011), que são os referenciais teóricos mais adequados ao objeto em questão.

Mesmo com as limitações de tempo, alguns objetivos do Trabalho de Conclusão e Curso I foram parcialmente alcançados, em síntese: compreender a formação territorial e as características em comum dos municípios da região Norte do Espírito Santo (objetivo readequado para região Noroeste do Espírito Santo), seja: 1) pelo litígio jurídico-político entre Minas Gerais e Espírito Santo; 2) pelas diferentes formas de uso e ocupação do solo entre posseiros e grileiros; 3) pela presença oficial do Governo Federal (Serviço Geográfico do Exército, Conselho Nacional de Geografia). O segundo objetivo foi aquele que ficou mais distante de concretização, e é este o que se considera como principal para a compreensão da região, caso haja a possibilidade de se fazer um estudo quantitativo baseado em contratos de compra e venda de terras (caso haja documentação nas sedes dos municípios do Noroeste do Espírito Santo).

Além destes objetivos, o relatório de TCC I propunha: compreender quem eram as elites locais no contexto do coronelismo e da modernização capixaba; compreender a subjetividade da territorialidade e pertencimento à região de fronteira; compreender conceitos de fronteira, limite, território e região, neste estudo de caso e com uso de SIG; realizar um exercício de cartografia histórica. Tais objetivos foram parcialmente alcançados.

A parte do trabalho mais atrasada é a compreensão do referencial teórico, inicialmente composto por: conceitos de limite, fronteira, território, territorialidade, em Rogério Haesbaert e Antônio Carlos Robert Moraes; conceitos de geo-história, incluindo as perspectivas de Fernand Braudel e Pierre Monbeig.

Já as fontes foram bem trabalhadas: A produção acadêmica acerca da temática, predominantemente dos departamentos de Geografia e de História da UFES, incluindo teses e dissertações dos respectivos programas de pós-graduação; O material histórico produzido na época, com o estado de arte do conhecimento cartográfico dos anos 1930, sobretudo nos 3 tomos históricos que compõem a questão jurídica do litígio entre Minas Gerais e o Espírito Santo, *A questão de limites com o Espírito Santo*. Neste ínterim, pretende-se observar a representação do Norte do Espírito Santo nas Revistas Brasileiras de Geografia e Boletins Geográficos, produzidos nos anos 1930 em diante. Finalmente, usar-se-ão dados dos Censos Demográficos e Agropecuários, que serão tabulados para futuras confecções de mapas temáticos.

Espera-se, com o presente trabalho, contribuir minimamente na compreensão da região do Contestado espírito-santense, praticamente a última fronteira a ser delimitada no Sudeste brasileiro, e uma também uma das últimas a serem “oficialmente ocupadas”, com estrangimentos e tensões sociais num espaço predominantemente agrário.

1. Geo-história, Geografia histórica, História da Geografia

Apesar de haver aproximações teórico-metodológicas entre a Geo-história e a Geografia Histórica, deve-se observar em que pontos tais conceitos se aproximam e se distanciam. Foge ao escopo do presente trabalho um aprofundamento desta discussão, o que segue são considerações iniciais que servem de início a uma reflexão que impõe estudos posteriores: trata-se de uma síntese, a mais simplificada possível.

Entende-se aqui Geo-história como intrinsecamente relacionada à constituição dos saberes científicos no Brasil, com seus pressupostos epistemológicos oriundos de uma dupla trajetória acadêmica, a de Fernand Braudel, no caso da História, e a de Pierre Monbeig, na Geografia. Ambos foram contemporâneos e fundamentais na constituição da História e da Geografia enquanto ciências no Brasil, na famosa “missão francesa”, iniciada em 1934, que sistematizou os cursos de História e Geografia na Universidade de São Paulo (Nogueira, 2013).

A geo-história braudeliana se insere no contexto de estudos históricos da segunda geração da Escola Francesa dos Annales, e visava “integrar geógrafos e historiadores sob o mesmo objetivo, ou seja, fazer com que o historiador passasse a se preocupar mais com o espaço geográfico e o geógrafo mais com o tempo” (Prates, s. d.: 91). Braudel, ao desenvolver a sobreposição de três temporalidades, primeiramente define haver a curta-duração, dos eventos ou fatos históricos (história factual), junto à média duração (história cíclica, período de décadas), e à longa duração, de um tempo quase imóvel cujas mudanças são imperceptíveis ao observador. A geo-história estaria diretamente ligada a esta terceira temporalidade; é na longa duração que se experienciam a cultura e a permanência dos hábitos, existe-se sob sutileza da essência das mentalidades, da estrutura social, secular, quase imóvel, do amálgama entre a cultura e as relações do homem com o meio geográfico. Para Prates (s.d.: 92), a geo-história braudeliana não tinha conotações geopolíticas ou de geografia política, pois não tinha como fundamento a área espacial ocupada por um Estado: a geo-história deve ser vista como um dos ramos da geografia histórica. No presente trabalho, entende-se que a geo-história “proposta por Braudel tem por objeto a sociedade cultural em relacionamento com uma região natural” (Prates, s. d.: 93).

Para Droulers (2002: 273, apud Lira, 2019: 650), “o conceito de geo-história se define como uma abordagem que procura “identificar as lógicas particulares da configuração do território em suas formas mais duráveis”. Lira considera haver paralelamente à geo-história braudeliana a geo-história do geógrafo Pierre Monbeig. Para Lira (2019: 650), a geo-história de Monbeig se aproximava da de Vidal de la Blache:

Dando continuidade ao cerne do raciocínio de Vidal de la Blache, intelectual que fora historiador de formação e geógrafo de vocação, Monbeig desenvolveu no Brasil uma geo-história do espaço brasileiro com base em raciocínios sistêmicos. Esse tipo de raciocínio, que se associava à herança histórica de Vidal, considerava a resistência dos gêneros de vida indígenas nômades, a circulação interna, o movimento expansivo das forças econômicas e a entrada específica desse espaço aberto nas redes de uma economia mundial. (Lira, 2019: 653)

Apesar de haver uma geo-história em Monbeig, para o atual estudo a questão das zonas pioneiras deste autor se faz mais necessária. No caso brasileiro, sua temporalidade (ou longa duração) enfatizava a

transição de um sistema econômico pouco produtivo para um sistema econômico mais produtivo, considerando o papel de “mentalidade bandeirante” (...) O contexto territorial do Brasil ajudou a conformar uma certa geo-história do espaço brasileiro, que partiu de suas estruturas duráveis para descortinar como se dá o avanço do capitalismo em situação de marginalidade da economia mundial. (Lira, 2019: 654)

Finalizando esta parte do primeiro tópico, deve-se considerar, ainda acerca do conceito braudeliano de geo-história, os estudos de Ribeiro (2011 e 2015), que, em síntese, expõe a longa duração como resultante do “estudo das relações entre sociedade e meio ambiente oriundo dos geógrafos franceses e pelo trinômio espaço-economia-sociedade proveniente dos geógrafos alemães” (Ribeiro, 2015: 605). A origem do conceito de geo-história, em Braudel, viria de uma dupla crise: a da “descrição” na história e a da “narração” na geografia, “quer dizer: ambas lhe pareciam pouco analíticas e, no limite, ingênuas diante da tarefa de explicar os fenômenos” (Ribeiro, 2015: 608).

Nos objetivos do presente trabalho, em relação à geografia histórica, temos adotado algumas das considerações de Nogueira (2021: 17-18), citando Zusman (2000), para quem, após os anos 1990,

há um deslocamento do objeto de estudo da Geografia Histórica, com a atenuação do desejo cego pela reconstrução da materialidade das geografias passadas e o reconhecimento da importância das representações nas ações de apropriação e transformação do espaço. Isto é, valoriza-se a análise do lugar dos discursos geográficos na elaboração de projetos que embasam políticas que visam ordenar a construção dos territórios, em um registro que se aproxima de um exame geográfico da experiência histórica.

Com a geografia histórica,

A afirmação da espacialidade como elemento particularizador do processo universal de valorização do espaço manifesta-se exemplarmente na análise da formação territorial, que tem como fim a apreensão do movimento de apropriação e uso de uma porção delimitada da superfície terrestre por uma sociedade. (Nogueira, 2021: 20)

Em se tratando da História da Geografia, os anos 1930 no Brasil são singulares. O país passava por um processo de modernização e industrialização, com a substituição das importações e consumo de bens duráveis. Passaria também pelo Estado Novo varguista, que resultou numa constituição que dava poder aos entes da federação sobre suas fronteiras, limites de seus territórios. Além disto, o período foi época das “missões francesas” para a formação dos cursos de história e geografia na Universidade de São Paulo. Datam do período o Conselho Nacional de Geografia (1937) e a Faculdade Nacional de Filosofia (1939). Desde o início do século XX, o litígio entre Minas Gerais e Espírito Santo se perpetuava, por falta de acordo entre as partes litigantes. Antes desta organização estrutural da Geografia no Brasil, arbitrar sobre questões de limites e fronteiras era uma tarefa atribuída geralmente a advogados, que eram geógrafos autodidatas, como foram os casos de Cícero Moraes e Eliseu Lofêgo, no caso do Espírito Santo. Igualmente, a cartografia oficial de Estado cabia ao Serviço Geográfico do Exército, que determinaria algumas vezes a Serra dos Aimorés (ou dos Souza) como fronteira natural entre Minas Gerais e Espírito Santo. Tanto pela duração temporal, de 1904 a 1963, quanto espacial, quase 300.000 hectares, a região do Contestado surge como possibilidade de estudo da Geografia

Histórica e da História da Geografia, que perderia sua característica descritiva e passaria a ter os primeiros parâmetros científicos no Brasil.

2. O Noroeste do Espírito Santo como objeto da Geografia histórica

O caso do Noroeste do Espírito Santo é ímpar em suas potencialidades, enquanto objeto de estudo para a Geografia Histórica. Trata-se de uma porção bem delimitada territorialmente, à época ocupava a periferia dos estados do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, num período histórico relativamente longo da História do Brasil República: o litígio entre Minas e Espírito Santo ocorreu entre 1904 e 1963 – alguns atritos podem remontar a 1800, com impasses do primeiro ato sobre os limites dos Estados, chamado simplesmente de Ato de 1800. No início do século XX, praticamente todo o Sudeste já havia sido “ordenadamente” ocupado, principalmente em se tratando de atividades econômicas; porém, a região em questão ainda era predominantemente de Mata Atlântica “intocada”, habitada pelos povos originários, botocudos, quilombolas, mestiços, posseiros. Para Minas Gerais, a região configuraria na marcha para os “Sertões do Leste”, enquanto para o Espírito Santo, uma “marcha para o Oeste”. Geralmente, quando estudado à luz da História, são tratados os conflitos agrários pela posse da terra numa região de “vazio demográfico”.

Há exceções à predominância de estudos na história, como a dissertação em geografia de Raquel Daré, que analisa a ocupação do Noroeste do Espírito Santo sob a perspectiva da migração das famílias e colônias do sul do Estado para a região, após esta ter sofrido menor impacto com a crise dos preços do café em meados dos anos 1950. Pelo fato de o café espírito-santense, à época, ser de qualidade inferior, tipo 7 ou abaixo (Daré, 2010: 38-39), houve retardo na queima dos cafezais, e quando foi adotada tal prática (já ocorrida no core da cafeicultura, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), gerou-se um bom lucro, o que possibilitou a compra de terras ao Norte, mais especificamente, ao Noroeste do ES, pelos descendentes de agricultores do Sul do ES. O que ocorre é que seria economicamente inviável para os descendentes dos agricultores do Sul dividirem as terras de seus antepassados. Logo, com os recursos oriundos da queima dos cafezais, houve um fluxo migratório para a região Norte. Além disto, haveria outro elemento econômico determinante: o valor agregado à venda de madeiras de lei, num momento em que as mesmas eram escassas no restante do sudeste. Logo, antes de se formarem novos cafezais (ou demais atividades agrícolas), a extração madeireira era convidativa à formação de alguns núcleos urbanos e povoados.

Acerca do espaço e do tempo em questão, observam-se, como fontes alternativas, as “memórias da época”, que têm grande potencial para inferir novos dados em se tratando do entendimento dos conflitos nesta região no período em destaque. Até o momento, destacam-se duas memórias: a primeira, “Um Advogado aí pelos Sertões”, de Waldemar Pequeno, de 1966, de Minas Gerais. Pequeno recorda os conflitos entre mineiros e espírito-santenses durante a Revolução de 1930, na região de Baixo Guandu (com destaque para a batalha do Guandu), cidade às margens do Rio Doce. Outras memórias que merecem destaque são as de Ceciliano Abel de Almeida, “O desbravamento das selvas do Rio Doce”, de 1959. No início da obra, Almeida recorda o espanto que tivera, em sua infância, de notar, “saindo do mato”, um homem magro e estranho, com uma bolsa: era um agrimensor, que levaria aos rincões de seu lar, de certa forma, o progresso.

Apesar de haver certo romanceamento em ambos os textos, podem-se extrair tanto termos paisagísticos das memórias quanto fatos históricos que nos dão entendimento das tensões pela ocupação da terra ao norte do rio Doce. Tais tensões entram na conjuntura do coronelismo brasileiro, com figuras como “coronel Bimbim”¹, da região de Aimorés. Junto às memórias, também temos o romanceamento da região do Contestado na obra de Adilson Vilaça de Freitas, *Cotaxé, a reinvenção de Canudos*, de 1997. Contudo, foge ao escopo do presente trabalho aprofundamento de uma história das mentalidades ligada à Geografia e que se relacione a tais tipos de fontes. As descrições e as narrativas podem balizar tanto a história das mentalidades como inferir elementos fulcrais para a análise do espaço geográfico. O que se pode extrair destas três fontes é o constante tensionamento social, num período marcado por acentuado fluxo migratório, e que, quando há a valorização do espaço, faz-se a região como economicamente atrativa, tanto para o extrativismo como para a agropecuária. A região em questão acaba sendo inserida no capitalismo

1 Secundino Cypriano, conhecido como “Coronel Bimbim”, foi um fazendeiro que chegou a ser prefeito de Aimorés, cidade mineira ligeiramente ao sul da região contestada, Noroeste do Espírito Santo. Segundo fontes imprecisas, pôde ter sido responsável, direta ou indiretamente, pela morte de até 8.000 pessoas, entre os anos 1920 e início dos anos 1960, quando sofreu um infarto. É visto como “morador ilustre” de Aimorés (Disponível em: <https://www.facebook.com/profile/100080055500197/search/?q=coronel%20bimbim>. Acessado em julho de 2023). Até o atual momento não foi encontrado nenhum estudo acadêmico que se aprofundasse neste personagem histórico. Sobre coronelismo, a referência básica ainda é: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

do restante do sudeste, no conceito de *frente pioneira*. Ao se valorizar o espaço, há, portanto, a disputa entre as elites mineira e espírito-santense, tema que, até o momento, não foi devidamente analisado nas fontes encontradas até o momento.

Com os conflitos regionais, curiosamente paralelamente à valorização do espaço, tem-se a tese do esvaziamento demográfico da região Noroeste do Espírito Santo (Pontes, 2007). Ora, tais conflitos ocorreram em várias instâncias: no cotidiano da população habitante, na jurisprudência de Minas Gerais e do Espírito Santo (pelo fato de não haver delimitação fronteira exata, um mesmo crime poderia ser julgado tanto pelo Espírito Santo quanto por Minas Gerais, ou seja, duas vezes, ou ainda não ser julgado por nenhum dos estados, o que potencializava tensões).

Também houve o conflito entre as polícias militares do Espírito Santo e de Minas Gerais, que quase chegaram às vias de fato. Todo o conflito regional ocorreu pela imprecisão da “fronteira natural” que seria a Serra dos Aimorés, apontada desde a documentação dos tempos da Colônia como o marco da divisa entre os dois estados. Com a valorização da região, dá-se a presença oficial do Governo, seja pelo Supremo Tribunal Federal, que arbitrou e formalizou as fronteiras finais entre os dois entes da federação, seja pela presença oficial do Serviço Geográfico do Exército, ou ainda pelo Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A valorização do espaço levou à necessidade de cálculos exatos de limites (Martin, 1992), incluindo a agrimensura citada por Almeida.

Propõe-se, ao realizar um exercício de Geografia Histórica, a análise de duas dimensões: 1) o Estado de arte da Geografia à época da “re-ocupação” do Noroeste do ES; 2) estudos acadêmicos nas áreas de geografia e história, subsequentes, realizados acerca desta região, com destaque par os realizados a partir dos anos 2000. A primeira dimensão pode ser discutida tanto pelos estudos “geográficos” da época (Cícero Moraes e Eliseu Lofêgo), enquanto a segunda em TCCs, dissertações e teses, em sua maioria realizadas na UFES, mas com alguns estudos consistentes realizados em Minas Gerais.

Em se tratando da primeira dimensão, pode-se aprofundar na “história do pensamento geográfico”, ou ainda numa “história das mentalidades”, no caso, tendo como fonte primária os estudos dos intelectuais que se colocaram à frente da

discussão acerca dos limites entre Minas Gerais e Espírito Santo. Quanto à segunda classe de fontes, além do aprofundamento da história e geografia da região, em diferentes perspectivas, há um grande potencial em se tratando de estudos comparados, pois enquanto o Espírito Santo fazia sua “marcha para o oeste”, Minas Gerais defendia os mesmos argumentos de ocupação de seus “sertões do leste”. As teses e dissertações geralmente falam somente de “um lado da história”, ou do Espírito Santo, ou de Minas Gerais, sendo os estudos comparados bastante escassos. Cabe destacar por último, acerca das transformações do pensamento geográfico, os estudos recentes de Nogueira (2020; 2021; 2022), que serão retomados mais adiante.

Em se tratando da questão dos conflitos pela terra, carecem, nos estudos históricos, dados aprofundados sobre a Revolução de 30, por exemplo, na qual houve sangrentas batalhas, sobretudo na região atual de Baixo Guandu, ligeiramente ao Sul da região em questão. O coronelismo ou o mandonismo, na mesma região, pode ser explicitado pela figura do “coronel Bimbim”, da cidade vizinha à Guandu, Aimorés.

3. Estado da arte sobre o objeto de estudo

Percebe-se, primeiramente, que a temática acerca dos limites entre Minas Gerais e Espírito Santo passa a ser estudada sistematicamente somente a partir da década de 2000. Descartando estudos produzidos na época do litígio, como os de Cícero Moraes, Norbertino Bahiense dos Santos ou Eliseu Lofêgo, evidencia-se o pioneirismo do estudo da geógrafa Bertha Koiffman Becker, “O Norte do Espírito Santo: região periférica em transformação”, tese de livre docência para a UFRJ, de 1969, reeditada de forma resumida em 1970. Percebe-se este texto como uma síntese de geografia econômica, em que havia a região *core* do capitalismo no Sudeste brasileiro, formada pela capital São Paulo, e, em menor escala, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, na qual gravitava uma periferia, o restante do país, com atividades que dariam suporte e assistência ao *core*. No caso do restante do país, a periferia se ajustava ou com atividades agrícolas ou com a pecuária, sendo que a pecuária tinha maior potencial de integração entre os dois tipos de região (*core* e *periferia*). Parte das regiões periféricas, ao não se integrarem, entrariam em depressão:

Ocupa posição marginal em relação à região núcleo do País, tanto do ponto de vista econômico como geográfico, o estado do Espírito Santo, que se caracteriza como região periférica. Sua economia, fundamentada numa cafeicultura tradicional, apresenta-se em crise, vendo-se o Estado na contingência de, rapidamente, integrar-se no "core" do país como solução para a mesma. Em virtude das características espaciais pré-existentes, a repercussão da crise é diversa nas porções do Estado situadas ao sul e ao norte do rio Doce, variando também a forma de sua integração no "core". Sofrendo maior impacto, o Norte capixaba configura-se como uma periferia deprimida, cuja integração, tentada através da pecuária, apresenta dificuldades. (Becker, 1970: 109)

Becker (1970) argumenta que o Espírito Santo teve uma queda na renda per capita até o momento de seu estudo, por se pautar principalmente na cafeicultura, sem grande diversificação da economia. Além disto, a política da erradicação do café somente catalisou o processo de empobrecimento do estado. Becker explana que a cafeicultura foi a responsável pela interiorização do povoamento, tanto ao sul quanto ao norte do Rio Doce. A organização agrária e a população rural dependiam primordialmente do café. Porém, as pequenas propriedades, familiares e com técnicas

rudimentares colocariam o estado em posição periférica. Além de o Espírito Santo ser periférico em relação ao *core* do país naquela época, por ser agrícola e monocultor, dependente da relação com o núcleo econômico brasileiro, era duplamente periférico, tanto por produzir para o núcleo quanto pela má qualidade e baixa rentabilidade que o tipo de lavoura, com pouca técnica, solo menos propício ou ausência de estruturas de transporte que integrasse a região *core* ao centro capitalista do país. Expõe ainda, através de um estudo de caso do município de Pancas, que a substituição da cafeicultura pela pecuária na região não havia logrado êxito.

Em seu estudo, evidencia-se uma geografia bastante integrada, pois além de argumentos econômicos, tenta justificar características periféricas regionais à questões como a geomorfologia ou climatologia, para explicar o tipo de cultura agrícola, além zonas de influência (Vitória e Cachoeiro de Itapemirim) e infraestrutura (estradas e linhas férreas). Há uma série de outros argumentos, como o uso do solo na propriedade agrícola. Uma leitura mais cuidadosa pode extrair conceitos de geografia agrária também. Contudo, até o momento, a leitura do texto de Becker não terá o aprofundamento que merece.

Após este trabalho pioneiro², aparentemente há um certo hiato sobre o estudo da região Norte / Noroeste do Espírito Santo. A exceção foi o livro de Borgo et. al., “Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento”, de 1996, apoiado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e pela empresa Aracruz Celulose. Tal estudo, pioneiro, serviu de referência a praticamente todas as dissertações e teses subsequentes, provavelmente, e sobretudo, pelo esforço de resgate histórico da região. A obra é ousada, tanto em recorte espacial (32 dos 78 municípios do estado) e temporal (praticamente desde a criação da Capitania do Espírito Santo até o tempo presente). Diante destas razões, a obra se destaca pela capacidade de síntese. À época (1996), a teoria da “barreira verde” ainda imperava, com argumentações de que, ao final do século XIX, ao sul das selvas do Mucuri (Bahia) e ao leste da Serra dos Aimorés (Minas Gerais), a floresta impedia a penetração do homem branco. Alguns argumentos, como o das primeiras restrições ao corte de madeiras de lei (pau-

² Existem os trabalhos de Pedro Pinchas Geiger e do Walter Alberto Egler, publicados nas Revistas do IBGE, na virada dos anos 1940/1950, que serão devidamente abordados no prosseguimento deste estudo.

brasil, peroba e tapinhoãs) mostram que já se ensaiava uma organização do território, de certa forma, via regulamentação da extração dos recursos naturais. Geralmente, até o século XIX, as madeiras espírito-santenses escoavam para a Bahia, de onde eram exportadas. Apesar de várias tentativas de regulamentação quanto ao corte de árvores nativas, a extração continuou, com alguma flexibilização, no século XIX, como o corte de madeiras para navios mercantes, caixas, carpintarias ou fabrico de casas (madeiras de mangue vermelho). A extração madeireira centrava-se no litoral, principalmente onde atualmente se encontra a região metropolitana da Grande Vitória e na região ao norte, de Aracruz a São Mateus. Já em 1924, o então governador do Espírito Santo, Nestor Gomes, elogiaria a riqueza do estado provinda da extração madeireira à época. É na década de 1930, no governo de Punaro Blay, que se intensificam a formação de serrarias, como a Cimbarra, a Cunha e a Ayres & Cia, com concessões do estado, no mesmo período em que se incentiva a ocupação de terras devolutas para colonização (Borgo et. al., 1996: 27-37). Já após a Segunda Guerra, começa a escassear a madeira, e por conseguinte, aumentar a fiscalização governamental; paradoxalmente a exportação de madeira seria a segunda maior atividade econômica do estado, correspondendo a 12,20%, diante de 59,62% da cafeicultura. Ou a madeira era extraída para o plantio de café ou simplesmente era queimada para a formação de pastos, como em Mucurici (Borgo et. al., 1996: 40). Infere-se que muitas serrarias das décadas de 1940 e 1950 eram clandestinas, mesmo que muitas leis estaduais regulamentassem o corte da madeira e a formação destas sesmarias, sobretudo em áreas de colonização, entre 1909 e 1925 (Borgo et. al., 1996: 42-44).

É quase uníssono o fato histórico da existência dos índios botocudos ao norte do Espírito Santo, que atrasariam a colonização regional. Outro fator que serviria de impedimento para a ocupação do Norte (sobretudo do Noroeste do Espírito Santo) era o clima, quente e úmido, que favorecia a incidência de febres (Borgo et. al., 1996: 63), mesmo tendo havido projetos de colonização, com o serviço de Terras do Estado, e posteriormente, a Diretoria de Terras e Colonização, de 1892. É também fato a Lei de Terras (1850), que precificou as terras no Brasil, o que decorreu na mudança do valor, focada no escravo, para o valor da terra. Ora, com a valorização da terra, ocupa-la e possuí-la passaria a ser uma atividade econômica, integrada ao capitalismo do

período, o que se observa na primeira lei estadual de terras, Lei 1.148 de 1917, que regulamentava a concessão de pequenos lotes rurais, de até 60 hectares, para agricultura familiar (Borgo, et. al.: 1996: 66). Isto resultou numa primeira estrutura fundiária no Espírito Santo, de pequenas propriedades familiares, sobretudo ao Sul do Rio Doce. Ao final da década de 1920 (após a construção da ponte sobre o Rio Doce em Colatina, 1928), observa-se um fluxo populacional de imigrantes (ou descendentes) do Sul para o Norte do Espírito Santo, com a instalação de algumas vilas, como Vargem Alegre, Laginha do Pancas, Vila Valério, Vila Pavão, São Domingos ou Marilândia (Borgo et. al., 1996: 75). Geralmente, o que possibilitou a fixação do colono (predominantemente italianos ou alemães), primeiramente ao Sul, posteriormente ao Norte, foi a cultura do café. Houve, principalmente no início do século XX, um esforço para a realização de obras de infraestrutura, tanto de malha rodoviária como ferroviária, na tentativa de integrar a região ao Norte do rio Doce ao restante do Espírito Santo.

Em se tratando de dissertações, teses ou TCCs, encontramos, até o momento, 15 estudos que versam, direta ou indiretamente, sobre a região, sendo 11 estudos diretamente relacionados ao tema aqui em análise. O primeiro ponto de destaque é o fato de que houve somente 5 trabalhos na área de geografia sobre o Noroeste do Espírito Santo, com predominância de trabalhos em história, 9 estudos, além de 1 em arquitetura. Destes trabalhos, 11 foram realizados no Espírito Santo, pela UFES, 3 em Minas Gerais (1 na UFU, 1 na UFOP, 1 na UFJF) e 1 na USP. O primeiro destes trabalhos é o de Côgo (2007), que versa a história agrária de São Mateus no século XIX. Com uma exaustiva busca por fontes primárias, Côgo reconstrói as atividades econômicas locais, com a especialização na produção de farinha de mandioca e uso do porto fluvial para comercialização deste produto. Outro ponto fulcral da análise de Côgo é a divisão de três núcleos econômicos e de povoamento no século XIX: Itapemirim, ao Sul, Vitória, ao Centro, e São Mateus, ao Norte. Desta pesquisa, supõe-se a dificuldade de ocupação no interior do território. Neste sentido, o tema de fundo é a questão agrária.

Uma segunda dissertação em história da UFES é a de Pontes (2007), estudo cuja tese central já se tornou clássica, *Conflito agrário e esvaziamento populacional:*

A disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1930-1970). Pontes discorre sobre a marcha de Minas Gerais para o leste, concomitante à do Espírito Santo para o oeste, a ocupação das terras por posseiros e subsequente por grileiros. Também sintetiza, de forma ímpar, o moroso litígio entre os dois estados: “A existência de jurisdições conflitantes levou à zona contestada a sobreposição de autoridades, enfraquecendo a presença do próprio poder público na região e marcando de forma ainda mais particular o duro cotidiano de seus habitantes.” (Pontes, 2007: 10).

Sua obra se destaca pela capacidade de síntese, primeiro dissertando sobre o surgimento das primeiras cidades na região, bem como os fatores que impulsionaram o rápido crescimento demográfico. Após isto, expõe aspectos do litígio entre Minas Gerais e Espírito Santo, a questão das terras devolutas e a violência do cotidiano entre os habitantes locais, inclusive o imbróglio entre a polícia e os posseiros em 1953, a destruição do “Estado União de Jeovah” e a perpetuação dos conflitos no campo após 1960. Ora, se na região do Contestado não se sabia se as leis a serem aplicadas seriam mineiras ou espírito-santenses, ou se aplicava a lei por um crime duas vezes, ou vez alguma. Tudo isto potencializava o clima de tensão no local. Argumento importante de Pontes é que “com a implantação da República no Brasil, dando autonomia administrativa e tributária aos estados, deu novos contornos às questões territoriais entre os Estados Federados” (Pontes, 2007: 16). A zona do Contestado tornou-se litigiosa após a expansão da ocupação simultânea de ambos os estados envolvidos. Pontes é um dos primeiros a citar a liderança local, Udelino Alves de Matos, além de citar Freitas (1997) como fonte primária de apoio.

Nos finais dos anos 1940 e início dos anos 1950 começaram a se avolumar notícias vindas do Contestado dando conta da reiterada prática de violência policial contra os moradores da região, principalmente contra pequenos agricultores e posseiros que desbravavam as matas virgens da região, abrindo espaço para pastagens e para o plantio do café, que ao lado da extração de madeira constituíram os grandes produtos comerciais da região (Pontes, 2007: 23).

Ao reconstituir o litígio em si, Pontes já usa uma abordagem diferenciada, a de estudar as CPIs instauradas durante o processo de litígio, sobretudo relativas ao excesso de violência na região, de 1953 a 1961. Além disto, Pontes faz uma síntese da formação territorial do Espírito Santo desde a carta de doação da capitania a Vasco

Fernandes Coutinho, em 1534, ressaltando ainda que praticamente já estava ensaiado o litígio, graças a imprecisões fronteiriças desde o século XIX (Pontes, 2007: 66-68). Importante para o presente trabalho é o esboço por ele feito, de início de instalação de cidades na área litigiosa (Pontes, 2007: 45-52). Para demarcação de espaço,

Especialmente durante as décadas de 1940 e 1950, em meio às disputas pelo estabelecimento da linha divisória ao norte do rio Doce, imensos quantitativos policiais capixabas e mineiros chegaram a ser enviados à região com a finalidade de impedir, uns aos outros, o avanço das respectivas autoridades, que procuravam demarcar seus espaços territoriais. (Pontes, 2007: 80).

Ademais, os argumentos de Pontes não diferem em muito das demais teses e dissertações: grande quantidade de terras devolutas, abundância de madeiras de lei, que após a derrubada resultariam em área propícia para cafeicultura ou pecuária. Um último ponto da dissertação de Pontes que nos interessa é a referência que o mesmo faz ao Serviço Geográfico do exército, quando

Os Engenheiros do Exército designados para percorrer a região no início dos anos 40 do século passado se defrontaram com os obstáculos enfrentados pelas primeiras levas de colonizadores que chegaram à região, e não deixaram de registrar no Laudo o flagrante abandono, por parte dos dois Estados litigantes, daquelas primeiras populações que se formavam (Ponte, 2007: 93).

O terceiro trabalho acadêmico é o mestrado em geografia pela UFES, de Daré (2010), também focado na questão agrária, tendo a década de 1960 e a “crise” do café na região como questões centrais. Entende-se esta obra como um estudo de geografia histórica, principalmente pelo esforço em contextualizar o Espírito Santo na conjuntura do desenvolvimentismo existente no país neste mesmo período. A autora usa o termo “crise” por questionar os argumentos da época, principalmente a organização fundiária do Espírito Santo, com uma considerável quantidade de pequenas propriedades de agricultura familiar, com culturas com poucos tratamentos culturais e má qualidade das lavouras, o que seria um dos principais motivos para a “crise”, não somente da produção, mas também dos preços. Deve-se contextualizar o mestrado de Daré no período de transição de uma burguesia agroexportadora para uma burguesia industrial, e o descompasso do Espírito Santo nesta mudança (Daré, 2007: 24). Apesar de o estudo ser em Geografia, há um considerável esforço em se

tratando da contextualização histórica do objeto em questão, como o desenvolvimentismo do Estado Novo e do pós-II Guerra, com a modernização, indústria nacional de bens de consumo duráveis (substituição das importações). Para Daré (2007: 38), o argumento da “crise” do café não era válido principalmente porque o café capixaba era de má qualidade, dos tipos 7 e abaixo, e tinha mercado certo justamente pela má qualidade que apresentava (países mais pobres), o que facilitava o escoamento da produção para mercados tradicionais de produtos inferiores. Além disso, reconhece-se que o Espírito Santo não contribuía para o problema da superprodução e sim os demais estados produtores de café, aonde a plantação de novos cafezais vinha influenciando decisivamente a oferta nacional. O pagamento do governo federal para a queima dos pés de café, no Espírito Santo, foi posterior ao do restante do país, com preços relativamente mais altos. Do total de uma área de quase 200.000 hectares para erradicação, por volta de 1967, 35% era da região do Contestado. O problema é que o recorte temporal de Daré é ligeiramente posterior ao nosso. Cabe uma leitura mais aprofundada da obra, sobretudo para a compreensão de fatos históricos do período de nosso trabalho.

Já em 2012, temos o mestrado em geografia de Bernardo Neto pela UFES, *Gênese da estrutura agrária do Espírito Santo: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul*. Junto ao doutorado em história de Muramatsu (2015), consideramos esta obra a mais exaustiva sobre a região Norte (por conseguinte, a Noroeste). O trabalho de Bernardo Neto é a continuação de seu TCC, igualmente exaustivo, de 2009, *Pequenas propriedades rurais e estrutura fundiária no Espírito Santo: uma tentativa de entendimento das particularidades capixabas*. Em sua dissertação, tanto pelo recorte temporal (desde 1850, data da Lei de Terras) quanto pelo recorte espacial, pode-se considerar seu estudo como verdadeiramente um trabalho de Geografia Histórica. Bernardo Neto aprofunda-se na discussão de Daré (para quem a “crise” da cafeicultura não houve de fato pela predominância das pequenas propriedades familiares no Espírito Santo). Não seria exagero colocar a obra de Bernardo Neto como um esforço por uma “história total” ou “geografia total”, pois o autor se dispõe a compreender todas as levas migratórias e ocupações do território espírito-santense, desde os indígenas até as levas migratórias nacionais e estrangeiras. Enquanto as demais obras focam diretamente na região do Contestado, o trabalho de Bernardo Neto, por ser mais amplo, coloca o Contestado como um subitem. Seu objetivo maior

seria a compreensão das diferenças fundiárias entre o centro-sul (pequenas propriedades familiares) e o extremo norte (com concentração de terras). Uma das consequências seria a violência no campo. Apesar deste “estudo total” de pano de fundo, o geógrafo teve que fazer um recorte e optar por uma análise mais aprofundada apenas de Montanha, Mucurici e Ponto Belo, sendo Mucurici e Ponto Belo pertencentes à região do Contestado. A única ressalva é que, apesar de, em nosso entendimento, os estudos de Bernardo Neto verdadeiramente serem de geografia histórica, faltou ao mesmo uma fundamentação teórica, ou em Fernand Braudel ou em Pierre Monbeig, cruciais em se tratando da temática. Fora isto, há uma riqueza ímpar de mapas temáticos elaborados pelo autor, que analisam temporalmente a concentração fundiária. O pano de fundo da questão agrária acabaria por ser o movimento camponês, e é neste ponto que Bernardo Neto se apoia, por exemplo, nos estudos de Ariovaldo de Oliveira. Para nosso trabalho, é importante ressaltar os termos analisados por ele, de *frente pioneira* e *frente de expansão*:

A terminologia frente pioneira, segundo Martins (2009, p.134-137), teria sido muito difundido por geógrafos a partir da década de 1940, e era recorrente em abordagens que tinham como foco o desenrolar da sociedade colonial, praticamente desprezando o outro lado das fronteiras – as sociedades não colonizadas. Já o termo frente de expansão teria sido popularizado pelos antropólogos a partir dos anos 50, e era muito utilizado em abordagens que tinham como foco as transformações culturais pelas quais passavam esses grupos sociais cujos territórios iam sendo incorporados à lógica capitalista, ainda que não desenvolvessem, de imediato, relações de produção próprias desse sistema. (Bernardo Neto, 2015: 62)

Na sequência, Bernardo Neto ainda expõe que a linha de povoamento é anterior à linha da ocupação econômica. Ora, isto, ainda que indiretamente, explica o “vazio demográfico”, pois a região do Contestado, mesmo anteriormente ao processo de **legitimação da ocupação**, já era ocupada por indígenas, quilombolas e demais camponeses, sobretudo mestiços. Quando as terras da região começam a valorizar tem-se a vinda de novos atores sociais, elites da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, intensificando os conflitos na região. Posterior ao ciclo do contestado, o norte do Espírito Santo se configuraria pela concentração fundiária, baseada na pecuária. Pela extensão de ambos trabalhos de Bernardo Neto, também cabe uma leitura mais aprofundada do autor³.

3 Futuramente serão inseridos os mapas mais importantes elaborados por Bernardo Neto.

Em seguida, destacamos o TCC em geografia na UFES de Zanoni, de 2013, *Gênese fundiária e o movimento de territorialização no Noroeste do Espírito Santo: um recorte espaço-temporal (1920-1950)*. O argumento que mais se repete, não somente no trabalho dele, mas de um modo geral, é a análise da estrutura fundiária (inclusive a atual), em que houve a ocupação de terras devolutas numa política de colonização. Sua análise se centralizou no mercado de terras, diante da criação de uma Companhia Territorial, que negou o acesso de negros, caboclos, posseiros e indígenas ao território. Zanoni faz uma boa abordagem do conceito de território, se valendo de Haesbart (1997) e Moraes (2000):

(...) o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um *domínio* ou controle politicamente estruturado, mas também de uma *apropriação* que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva (Haesbaert, 1997: 41).

Estado	Município	Contestado	Instalação do município	Município de origem
ES	Conceição da Barra	Não	1891	-
ES	Mucurici	Sim	1953	Conceição da Barra
ES	Ponto Belo	Sim	1997	Mucurici
ES	São Mateus	Não	1848	-
ES	Barra de São Francisco	Sim	1943	São Mateus
ES	Ecoporanga	Sim	1955	Barra de São Francisco
ES	Água Doce do Norte	Sim	1988	Barra de São Francisco
ES	Mantenópolis	Sim	1954	Barra de São Francisco
ES	Colatina	Não	1921	-
ES	Pancas	Não	1963	Colatina
ES	Alto Rio Novo	Sim	1988	Pancas
MG	Teófilo Otoni	Não	1881	-
MG	Itambacuri	Não	1923	Teófilo Otoni
MG	Ataleia	Sim	1943	Itambacuri
MG	Ouro Verde de Minas	Sim	1962	Ataleia
MG	Mantena	Sim	1944	Itambacuri
MG	Itabirinha	Sim	1962	Mantena
MG	São João do Manteninha	Sim	1992	Mantena
MG	Nova Belém	Sim	1995	Mantena

Tabela 1: Municípios da região do Contestado, com data de instalação. Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor.

Na tabela acima, os tons de rosa são os municípios do Espírito Santo, quanto mais escuro, mais antigo. Em azul, são de Minas Gerais, na mesma lógica. Há dois destaques na coluna de instalação de municípios. As em rosa são de instalação na época do Contestado, as em azul, após a Constituição de 1988.

Retornando a Zanoni, além do conceito de território, há uma boa explanação do conceito de fronteira, o qual deve ser aprofundado na continuidade do presente trabalho. Segundo o autor, houve um novo incentivo às pequenas propriedades a partir da década de 1920, resultando na criação da Companhia Territorial, concedendo terras ao norte do rio Doce, a partir de Colatina, sobretudo na região noroeste do Espírito Santo, originando, mais tarde, numa série de municípios, como se pode ver na tabela acima (Zanoni, 2013: 23-25).

Assim como a maior parte dos pesquisadores, Zanoni parte da Lei de Terras (1850), da teoria da “barreira verde” e dos vazios demográficos, além do isolamento geográfico da região, sobretudo em função dos obstáculos naturais do noroeste (matas fechadas e região de muitos aclives, além da presença indígena hostil na região) e falta de obras de infraestrutura, sobretudo estradas de acesso. Contudo, Zanoni questiona tal “vazio”, pois trata-se somente da visão do colonizador, haja vista que havia uma ocupação sistemática da área geográfica em questão. Sendo seu trabalho, definido por si mesmo como um exercício de geografia histórica, Zanoni começa a ensaiar a ocupação do Noroeste com argumentos históricos, como a presença das elites regionais, sobretudo, a família Cunha (Zanoni, 2013: 35). Para Zanoni, o café, a madeira e o milho impulsionaram a ocupação *colonizadora* da região:

O Noroeste, que até a década 1920 se desenhava a partir das densas florestas, passa a ser visto pelo olhar colonizador e explorador como possibilidade de participar do mercado madeireiro e da expansão do mercado cafeeiro, a partir da comercialização das madeiras da floresta, sendo a mata substituída predominantemente pelas plantações do café. (Zanoni, 2013: 37)

É quase unânime o fato de que não havia “vazio demográfico”, e sim uma ocupação não capitalista no noroeste do Espírito Santo. A região era refúgio de indígenas, lugar de quilombolas, e como frente pioneira, já estava ocupada por elementos não-capitalistas, sobretudo camponeses. Após a cristalização social destes

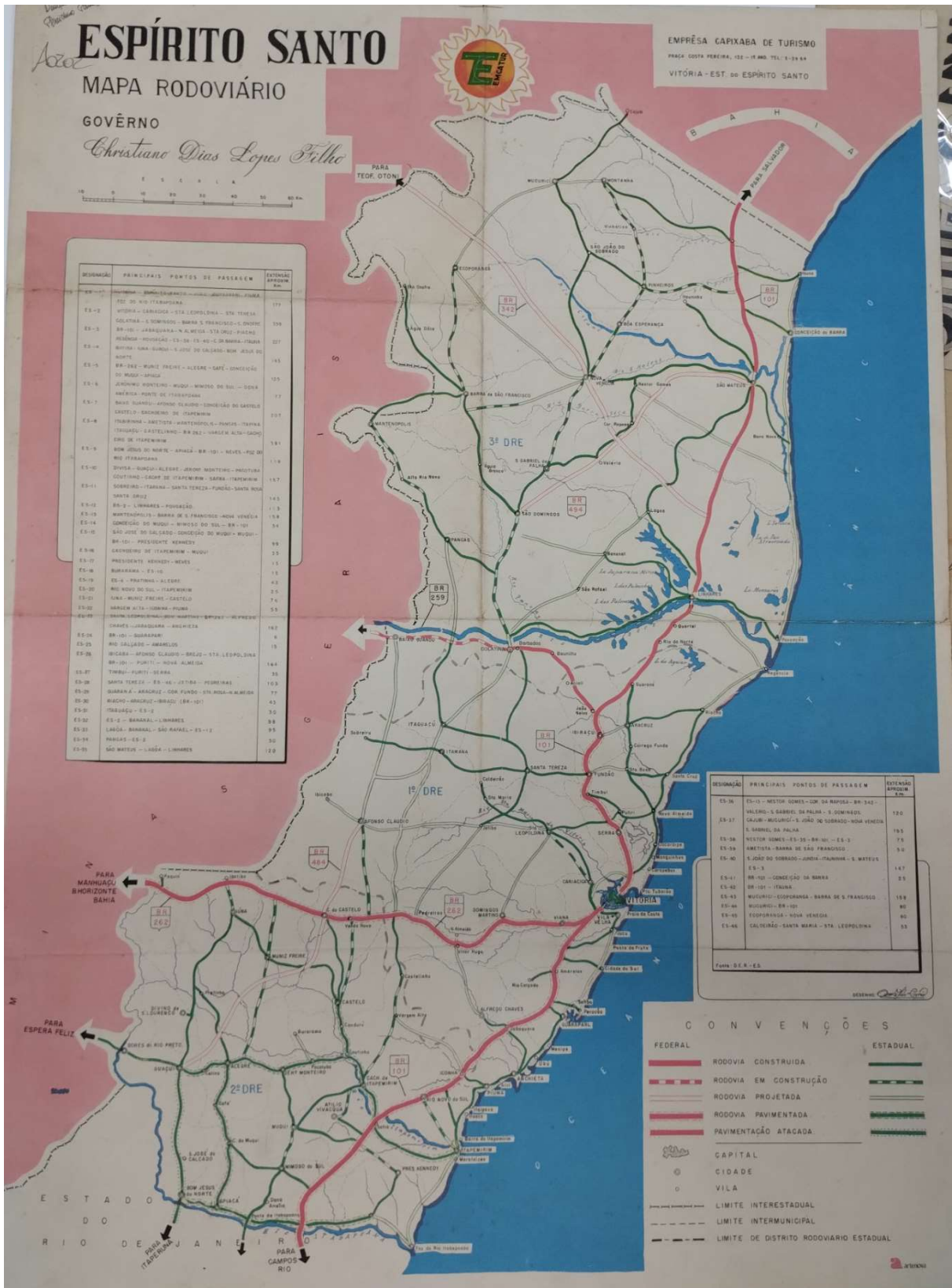
grupos é que chegam as elites regionais. Particularmente, pode se presumir que a questão dos limites entre Minas Gerais e Espírito Santo é, na realidade, uma disputa entre elites de ambos os estados, interessadas na valorização da região. Tal argumento deverá ser visto de forma mais aprofundada, pois até o momento não se viu um estudo que aprofundasse rigorosamente na história das elites locais de ambos estados litigantes. A grande qualidade do trabalho de Zanoni está no aprofundamento do estudo da Companhia Territorial:

A Companhia Territorial no Espírito Santo foi criada pelo governo de Nestor Gomes, em setembro de 1923, para administrar a colonização e a venda de terras devolutas, promovendo a vinda de famílias para o norte do Estado. Segundo Teixeira (1974), a área inicial desta Companhia foi uma faixa de terra a leste do rio Pancas com 70 km de frente e 20 km de fundo, toda submetida a levantamento topográfico e cadastral, com os lotes demarcados. (Zanoni, 2013: 46)

Além disto, Zanoni (2013: 51-56) pontua a criação de firmas colonizadoras da região, sobretudo após a criação da ponte sobre o rio Doce em Colatina (1928), com destaque para a firma Costa & Malacarne, que, em 1929, objetivava levar colonos do sul do estado para terras “descansadas”, propícias para café e gado. Além dos colonos do sul, o estado fomentou a vinda de colonos da Varsóvia, em 1930. Tal firma auxiliou a criação dos municípios de São Domingos do Norte e São Gabriel da Palha, enquanto a Sociedade Colonizadora de Varsóvia originou o município de Águia Branca. Outra boa contribuição de Zanoni (2013, 58-67) à temática é a sistematização cronológica da criação de obras de infraestrutura, como estradas de ferro e de rodagem, além de pontes. Nos dois mapas a seguir, do Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo, observa-se uma carência de obras de infraestrutura no noroeste espírito-santense, faltam estradas ou outras vias de acesso à região. Além dos mapas a seguir, foram encontrados outros que retratam da infraestrutura da época. Infelizmente, as imagens originais são muito apagadas, e as fotos tiradas por celular resultaram em imagens de má qualidade, sendo necessário o uso de outros equipamentos para digitalização.



Mapa 1: Vias de comunicação do Espírito Santo à época do litígio com Minas Gerais, início dos anos 1950, segundo Departamento de Estradas de Rodagem. Disponível no Arquivo Público do Espírito Santo



Mapa 2: Vias de comunicação do Espírito Santo após o litígio com Minas Gerais, segunda metade dos anos 1970, segundo Departamento de Estradas de Rodagem. Disponível no Arquivo Público do Espírito Santo. Observar nos dois mapas a pouca quantidade de vias de transporte na região Noroeste, se comparada com o restante do estado.

Finalmente, há que se destacar que Zanoni contribui para a discussão da temática adotando o conceito de des-re-territorialização de Haesbart, para as sucessivas levas migratórias na região:

- a) Des-re-territorialização de colonos do sul do Estado:
- b) Des-re-territorialização de imigrantes europeus, principalmente poloneses:
- c) Des-re-territorialização de indígenas e caboclos:
- d) Des-re-territorialização de posseiros mineiros e capixabas (Zanoni, 2013: 73-78).

Basicamente, este conceito implica que a cada desterritorialização há concomitantemente uma nova territorialização. Os colonos do sul do Espírito Santo são impulsionados a irem para o norte, pois a vida no sul tornara-se inviável. Colonos poloneses iriam para o norte do rio Doce em função da insegurança da Segunda Guerra Mundial, dando origem à Águia Branca. Indígenas e caboclos deveriam sair da região por não possuírem documentos comprobatórios da posse da terra, e de forma similar, os posseiros mineiros e capixabas.

Contudo, é a partir de 2015 que se tem um salto quantitativo de obras que estudam o noroeste do Espírito Santo. Nesta data tem-se o doutoramento em história de Muramatsu, bem como o mestrado de Garcia. O doutoramento de Muramatsu, junto ao mestrado de Bernardo Neto, são duas das obras de maior esforço acadêmico observadas até o momento. Antes de adentrar na obra de Muramatsu, é preciso salientar que quase toda a totalidade de estudos sobre o noroeste espírito-santense foca predominantemente em Ecoporanga, local em que os conflitos entre posseiros e grileiros mais se acentuou. Isto não é errado; contudo, o restante da região se assemelha a “não-lugares”, lugares a-históricos, o que é confirmado pela quase total ausência de estudos geográficos ou históricos dos demais municípios da região.

O doutoramento de Muramatsu, *Movimento Camponês e camponês em movimento (estudo histórico da violência na frente pioneira no Noroeste do Espírito*

Santo: 1950-1960), analisa os conflitos agrários em Ecoporanga, com as tensões entre “o suposto direito de propriedade do fazendeiro e o de posse dos camponeses. A difusão da ideia de reforma agrária no Governo Goulart influenciou no acirramento das lutas” (Muramatsu, 2015: 11). A consequência foi a expulsão dos posseiros, no governo Lindemberg. Contudo, a resistência camponesa se deu no “movimento supostamente místico-religioso liderado por Udelino Alves de Matos” (Muramatsu, 2015: 11). Parte dos estudos acadêmicos, além de Muramatsu, valeu-se da história oral como recurso. O problema é que, a cada ano que passa, os atores sociais envolvidos nos conflitos acabam por falecer, dada a distância temporal dos acontecimentos da região. Desta forma, o recurso à história oral (geralmente a única possível de ser resgatada em se tratando de camponeses com pouca escolaridade) torna-se cada vez mais difícil, dada a escassez de vozes e de memórias.

Muramatsu também fala do noroeste do Espírito Santo como fronteira: “Quando falamos em fronteira, estamos nos referindo ao processo histórico através do qual o espaço agrário brasileiro vai sendo ocupado pela expansão do capital. Esta expansão não é um processo linear” (Muramatsu, 2015: 18, grifo nosso)⁴, e o camponês acaba sendo um empecilho à expansão do capital, dada a valorização da terra, tanto pela sua escassez em Minas Gerais e no Espírito Santo quanto pela possibilidade de extração madeireira e posterior ocupação da terra pela cafeicultura, pecuária (ou, posteriormente, na monocultura do eucalipto). Em síntese, o que potencializou os conflitos regionais foram:

- 1) A Região do Contestado, sem limites bem definidos;
- 2) Situação histórica das terras, frente de expansão com terras devolutas, que impulsionou levadas migratórias de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, numa frente pioneira;
- 3) A propagação da ideia de reforma agrária no governo João Goulart. (Muramatsu, 2015: 18-19).

⁴ Para saber mais sobre fronteira como limite político ou fronteira como área de expansão de uma economia de base rural há o doutoramento de NOGUEIRA, Carlo Eugênio. **O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig**. Tese. Doutorado em História. USP: 2013.

Todo o trabalho de Muramatsu é embasado em uma árdua pesquisa histórica, e segundo o mesmo, pelos três fatores supracitados, a região foi propícia a conflitos: posseiros, grileiros, jagunços, pistoleiros, militares. Neste contexto, na atual região de Ecoporanga, surge, no início dos anos 1950, Udelino Alves de Matos, vindo da Bahia, carismático, e sabendo ler e escrever, torna-se líder dos posseiros de Cotaxé, tentando, inclusive, fundar o Estado União de Jeovah, que seria um ente federativo independente cujas fronteiras seriam a própria região do Contestado. Os posseiros, assentados no entorno da Pedra da Viúva, com sede na Casa de Tábua, seriam, literalmente, massacrados pela polícia militar. Da área do Contestado, deve-se repetir que houve somente destaque para os estudos de Ecoporanga, desde o romance *Cotaxé, a reinvenção de Canudos*, de Adilson Vilaça de Freitas, de 1997, ao estudo investigativo de Luzimar Nogueira Dias, *Massacre de Ecoporanga: lutas camponesas do Espírito Santo*, de 1984. Contudo, a obra de Vilaça esbarra ao crivo do tratamento científico, vista como ligeiramente romanceada. Uma análise apurada de ambas as obras está prevista na continuidade do presente estudo.

Retornando a Muramatsu, o mesmo narra a truculência de 16 oficiais de polícia no tratamento dado aos posseiros em 1962, época do final do litígio Minas Gerais – Espírito Santo, com 40 famílias expulsas da Fazenda Rezende. Houve resistência. Carlos Lindemberg, governador do Espírito Santo à época, enviou 180 soldados à região da fazenda, resultando na morte de 4 posseiros e uma série de outros crimes, como estupros, tortura ou desaparecimento de posseiros. Por ser um “vazio jurisdicional”, mais ainda que “vazio populacional”, pode-se, sem dúvidas, dizer que foram confrontos em “terra de ninguém”. Ao estudar a região da Fazenda Rezende, Muramatsu aprofunda-se na seara da história oral e da micro-história:

Por fim, é importante considerar que o presente estudo se enquadra na tentativa de demonstrar a seguinte tese: o que aconteceu no noroeste do Espírito Santo, no período da crise do populismo no Brasil, foi um embate de classe em que o processo de exclusão das classes populares ao acesso a terra (processo este que vinha desde a lei de Terras de 1850) teve seu desfecho 100 anos depois, isto é, na década de 1950 e 1960. Porém este conflito de terras não termina em 1960. Ele continua até hoje (Muramatsu, 2015: 23).

Udelino representaria a utopia dos camponeses do Brasil, na luta pela terra, ainda que fossem pequenas propriedades familiares, diante do capital das oligarquias tradicionais, da monocultura, do latifúndio, do mandonismo e do coronelismo atávicos. Os camponeses da região, primeiramente, entre 1950 e 1954, se agruparam em torno desta liderança com traços messiânicos – *Estado União de Jeovah* –, mas num segundo momento, se reagrupam politicamente em torno do Partido Comunista (PC) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B), até a data do golpe militar, 1964, quando quaisquer expectativas dos camponeses tornar-se-iam dispersas (Muramatsu, 2015: 27).

O pano de fundo da obra de Muramatsu é, portanto, a luta camponesa, em seu fim, a reforma agrária. A região teve um crescimento populacional incrível a partir dos anos 1930, mas igualmente teve um esvaziamento populacional rápido, a partir de 1950, época dos conflitos já descritos. A população de Ecoporanga caiu de mais de 80 mil habitantes, nos anos 1960, para 13 mil em 1970 (Pontes, 2007: 176).

Um último argumento de Muramatsu, para seu doutoramento, é a dicotomia do “camponês em movimento”, posseiro sempre expulso de uma região anteriormente periférica, mas valorizada, para uma nova região periférica. Isto seria “o camponês em movimento”. Quando os camponeses se organizam, mesmo antes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, e lutam por melhores condições de vida, dá-se “o movimento camponês,”

Como dito acima, após 2015 se intensificam as dissertações e teses acerca da temática. Duas delas são quase simultâneas e diametralmente opostas em se tratando de interpretação dos fatos. O mestrado em história de Garcia (2015), pela UFES, é um dos que mais consegue reconstituir a micro-história (ou história local) e suas relações com os fatos históricos do Espírito Santo e do país. Contudo, praticamente concorda com a existência do “estado tampão” União de Jeovah, enquanto Pena (2016), em sua dissertação em história pela Universidade Federal de Ouro Preto, defende o argumento de que tal Estado é mais uma representação de memória, potencializada pelo romance de Vilaça. Garcia, contudo, tem uma visão dos fatos próxima a de Muramatsu, pois consegue ver dois momentos na região de Cotaxé (Ecoporanga). O primeiro, com organização camponesa de feições socioreligiosas,

com liderança de Udelino, até 1953, quando desaparece ou é “desaparecido”; o problema é o fato de Garcia aceitar a existência do Estado União de Jeovah como fato histórico, o que até a atualidade abre caminho a dúvidas, principalmente pelo fato de a sede dos camponeses, na Casa de Tábua na região da Pedra da Viúva, ter sido incendiada numa das ações violentas da polícia militar do Espírito Santo. Com efeito, os poucos documentos protagonizados pelos camponeses não dão a certeza da existência do projeto de Udelino como tendo a ambição de criar um novo ente federado. O segundo momento, para Garcia, é o posterior a 1953, quando, com a presença do Partido Comunista (PCB), o movimento social passa a ser politicamente organizado, e igualmente reprimido violentamente, até se extinguir por volta de 1966. Se houve ou não a tentativa de criação de tal estado, o que importa é que, Udelino queria formar um espaço organizado em pequenas propriedades, em consonância com o ideário da Reforma Agrária, e só teve espaço para tanto porque na região de Ecoporanga não havia verdadeiramente a presença de um ente federativo (Minas Gerais ou Espírito Santo); a região transitava de um “vazio populacional” para um “vazio jurisdicional”. Quando houve aumento da população, e conseqüente valorização da terra, surge a presença oficial de ambos os estados, com sua pior aparência: a truculência e a repressão, em favor das elites regionais.

Importante notar que Udelino, por ser alfabetizado e carismático, conseguiu começar a estruturar o movimento camponês na região. Após seu desaparecimento, houve a:

União dos Posseiros de Cotaxé (UPC), fundada em novembro de 1954, [em que os camponeses] também se articularam com o movimento sindical urbano na segunda metade da década de 1950, quando da fundação, em novembro de 1957, da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo (ALTAES). Nos primeiros anos da década de 1960, antes mesmo da legalização das entidades sindicais camponesas, sindicatos, federações e confederação de trabalhadores rurais, o Movimento de Cotaxé participa, em junho de 1962, da fundação da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo (FLATAES). (Garcia, 2015: 15).

Garcia também faz um bom resgate histórico das levas de ocupação migratória no Contestado, incluindo a “marcha para o leste” dos mineiros, após o esgotamento das reservas auríferas (Garcia, 2015: 32-26). Argumento novo é o fato de o mesmo

ter percebido, via fontes primárias do século XIX, principalmente, que anteriormente à questão do Contestado, ambos os estados tinham um perfil cooperativo em se tratando da ocupação da região (Garcia, 2015: 37). Sua dissertação apresenta bem a narrativa dos fatos, como a ocupação da região pela família Cunha, principalmente pelo major Antônio Rodrigues da Cunha, futuro barão de Aimorés. No geral, Garcia defende os mesmos argumentos já citados anteriormente, de que houve uma ocupação de um território, numa frente de expansão em direção a uma fronteira política (limite) inexistente de estados, com vazio de jurisdição e autoridade (Garcia, 2015: 44). Deve-se dar maior atenção aos governos de Nestor Gomes, que criou a já citada Companhia Territorial, ou de Santos Neves, que replicou de forma miniaturizada o termo “Marcha para Oeste” que Getúlio Vargas havia definido para os “sertões” brasileiros (Garcia, 2015: 50). Havia, ainda, à época, Delegacias de Terras, as quais arbitravam favoravelmente aos grileiros (Garcia, 2015: 53). Garcia sustenta que primeiramente havia uma frente de expansão, após uma frente pioneira. A frente de expansão dava-se com o deslocamento dos posseiros, já expulsos de outras localidades, para a região, até o ponto em que, pela valorização da terra, estrutura-se a frente pioneira:

Os madeireiros e pecuaristas tinham, em Cotaxé, notórios grileiros de terras públicas como frente avançada, os quais, em frente unida, tentavam, a qualquer custo, expulsar posseiros e pequenos proprietários. Objetivavam, primeiramente, o desmatamento para a produção da matéria-prima da indústria madeireira, com vistas à construção civil e à exportação, combinando-o com a concentração da propriedade da terra, no sentido da introdução da pecuária extensiva como modalidade, ainda que muito atrasada, de atividade econômica. (Garcia, 2015: 63).

Pena (2016), em sua dissertação pela UFOP, acrescenta à discussão a nomenclatura dada ao movimento: movimento udelinista. Além disto, propõe “uma revisão historiográfica em que nega o messianismo, coloca em cheque a criação do novo estado, além de traçar uma rota de fuga feita pelo líder dos posseiros, Udelino Alves de Matos” (Pena, 2016: 10). Desta forma, em parte, sua tese é oposta à de Garcia, não havendo nem criação do Estado de Jeovah nem messianismo: tratava-se de um movimento camponês, organizado e apertado, a princípio. Pena, em síntese, se vale de documentários e do romance *Cotaxé*, bem como cartas e documentos da

CPI para entender não somente o movimento udelinista, mas as representações em torno dele, ou seja, a memória histórica⁵.

Finalizando o ciclo de teses e dissertações, temos, em 2019, três mestrados em história, sendo 2 na UFES e 1 na UFJF na temática. Silva (2019), em sua dissertação na UFES, *As representações da violência na região do Contestado entre o Espírito Santo e Minas Gerais (1940-1962)*, insere como novo argumento / abordagem, o posicionamento da Polícia Militar do Espírito Santo à época do litígio. Tal abordagem, novamente, seria fundamentada na história oral dos remanescentes dos agricultores na região, e como novidade, depoimentos de policiais que vivenciaram aquele período histórico, além de documentos produzidos pela polícia militar à época. O foco do estudo de Silva está na violência agrária, além de sua representação para os policiais e para os posseiros, dando voz a novos atores, além de novos fatos sobre a ocupação do Contestado:

Com exceção de Barra de São Francisco, a onda migratória proveniente do centro-sul do Estado não foi significativa para a formação dos municípios do extremo-noroeste e extremo-norte, os quais compunham, em sua quase totalidade, a região do Contestado no Espírito Santo. Na verdade, as correntes migratórias mineiras foram mais significativas na colonização desses municípios. Inclusive, os nascentes povoados da porção capixaba do Contestado foram polarizados, de início, por municípios mineiros. Além dos migrantes mineiros, em primeiro lugar, as migrações oriundas do sul da Bahia também se mostram relevantes em particular, nos municípios de Ecoporanga, Ponto Belo, Mucurici e Montanha. (Silva, 2019: 20).

Apesar de óbvio, contextualizar a região ao coronelismo (alguns nomes ainda reverberam na região, como “coronel Bimbim”) é necessário. E é inserida no coronelismo e no mandonismo que se justificam as ondas de violência. Em suma, a região se tornou muitíssimo atrativa após 1930, e justamente a falta de sensação de segurança fez do local uma área de repulsão. Ambos os processos (atração e

5 Santos (2017) realiza seu mestrado em arquitetura na UFES, *São Mateus: do lugar à vila*, com alguma contextualização histórica. Martins (2017) apresenta seu doutoramento em geografia na UFU, *História do pensamento geográfico: formação territorial do Brasil à luz dos projetos territoriais do Exército (1889-1930)*, numa obra que poderá dar subsídios e contextualização aos mapas do Serviço Geográfico do Exército que compõe o presente estudo. Gonçalves (2018), em seu doutorado em História, *A militância conservacionista de Augusto Ruschi: Práticas científicas e estratégias políticas na construção da Biologia e da Conservação da Natureza no Brasil (1937-1986)*, disserta sobre a eucaliptocultura no norte do Espírito Santo a partir dos anos 1940. Tais estudos, apesar de darem valorosa contribuição, fogem, atualmente, ao escopo do presente trabalho.

repulsão) foram mais acelerados que no restante do país, naquele tempo. Acerca das oligarquias espírito-santenses, “Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg eram possuidores de fazendas na região. Aliás, tema que merece nova pesquisa a fim de ser mais bem aprofundado.” (Silva, 2019: 22). Este, sem dúvidas, seria um dos pontos mais difíceis e polêmicos a serem compreendidos num estudo de geografia histórica. Caso, por algum motivo (a própria violência no noroeste do Espírito Santo, da qual as elites não desejam ser lembradas), não se consiga dar prosseguimento a um estudo de história das elites (ou melhor, das oligarquias), podem ser vistas outras evidências de que havia alguma articulação com o poder oligárquico local, ainda que indiretamente. Por exemplo, nomes ligados à geografia local, como Cícero Moraes, ou Eliseu Lofêgo, ou Norbertino Bahiense dos Santos, Ceciliano Abel de Almeida, a presença de engenheiros, agrimensores ou juristas, seja na região ou em artigos da *Revista Brasileira de Geografia* ou do *Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, a demarcação oficial de limites com exaustivas cartografias do Serviço Geográfico do Exército ou as expedições do Conselho Nacional de Geografia (Nogueira, 2020: 13), tudo isto, ainda que indiretamente, revela, se não o poder oligárquico local, pelo menos a valorização da região, que seria medida, estudada, limitada e julgada como pertencente a um estado ou a outro: a terra seria oficialmente ocupada com a instalação de municípios. Grosseiramente falando, e não querendo adotar postura anacrônica, instalar vilas ou municípios como pertencentes à Minas Gerais ou ao Espírito Santo, com a exaltação aos “fundadores locais”, teria a mesma função que a instalação de feitorias no Brasil colonial: legitimar, oficializar a presença de uma entidade federativa (mineira ou espírito-santense). Isto será visto de melhor forma adiante.

Foletto (2019), realiza sua dissertação pela UFES, *Entre linhas e fronteiras: a histórica questão lindeira entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais (1911-1963)*. Justamente de acordo com o supracitado, pode-se ter, de forma indireta, o estudo de uma *geografia histórica* das elites, por exemplo, a partir de uma documentação inexplorada utilizada por Foletto:

documentos da Secretaria de Interior e Justiça e da Secretaria do Governo do estado do Espírito Santo – extraímos relatos, cartas, ofícios, telegramas e publicações jornalísticas buscando compreender, de maneira geral, como se deu essa contenda na

área de litígio, visando estabelecer o posicionamento das autoridades governamentais dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais e os principais argumentos de ambos para defender e legitimar a jurisdição do seu estado na Zona do Contestado (Foletto, 2019: 9).

Tratava-se de uma elite intelectual, composta por um quadro de funcionários públicos, que teriam, até certo ponto algum grau de autoridade sobre o tema, seja esta autoridade justificada por cargo ocupado (um juiz, por exemplo), ou por um conhecimento científico (cartografia, por exemplo). Cabe o questionamento: tal elite era independente ou se alinhava às elites oligárquicas do Espírito Santo ou de Minas Gerais? Retornando a Foletto, sua hipótese é bem próxima da dos demais pesquisadores, de que a disputa pela jurisdição da área contestada dava-se ao mesmo tempo em que havia a expansão econômica, com a busca de novas terras com finalidades econômicas.

Importante notar, em Foletto, um esforço para a compreensão dos conceitos *fronteira* e *limite*, o primeiro sendo uma *zona*, enquanto o segundo estaria mais próximo a uma *linha*. Tanto Foletto (2019: 15), quanto alguns cientistas já citados, levantam o fato de que, em se tratando de fronteiras, tem-se um marco natural como ponto de limite (um rio, uma montanha, uma serra e etc.). Ocorria o fato de que, por ter sido uma área pouco explorada, não se sabia ao certo onde começavam e onde terminavam as fronteiras entre Minas Gerais e o Espírito Santo, a serra dos Aimorés (ou dos Souza), marco natural. Certamente, um aspecto importante para análise dos limites, discutidos pelas autoridades da época (jurídicas ou científicas) são as fartas documentações levantadas por Foletto, como:

discursos proferidos na ALES em respeito aos processos ocorridos; mapas levantados pela Diretoria de Geografia e Cartografia; documentos completos das Comissões Mistas e Acordos (como o acordo de 1963); Processos enviados pelas Comarcas (em relação às invasões e violências que ocorriam na região de disputa); Dossiês sobre a questão limítrofe; Cartas e telegramas entre os governadores dos estados do ES e MG; relatórios da Comissão de Limites; Ofícios expedidos por órgãos oficiais de ambos os entes federativos, como também um acervo completo de fontes da imprensa em relação à questão de limites (Foletto, 2019: 17).

De tais documentos, certamente se extraem os fatos, como para que lado a fronteira pendeu, no final das contas. Contudo, os mesmos documentos têm o potencial de compreender se e *como* a elite intelectual da época se ajustava às

oligarquias mineira e espírito-santense, *se e como* era ou não isenta e imparcial. Porém, um estudo deste nível foge completamente aos modestos objetivos do presente trabalho.

No modelo de Leo Waibel (1955) a zona pioneira seria como um espaço geográfico onde ocorrem a expansão acelerada da agricultura, um grande fluxo de pessoas, um aumento vertiginoso dos preços das terras, identificando cinco zonas pioneiras nos anos 1940: o norte e o sudoeste do Paraná, o noroeste de Santa Catarina, o oeste de São Paulo, a região norte do rio Doce (Espírito Santo e Minas Gerais) e a região de Mato Grosso (WAIBEL, 1955). A região torna-se, então, área de disputa não somente entre os dois estados, mas também por indivíduos e grupos das mais diversas naturezas, ávidos em estabelecer seus potentados. Enquanto isso, a população camponesa e pobre ficava à mercê dessas lideranças locais, que empregavam, dentro da lógica da lei do mais forte, métodos extremamente violentos para a manutenção ou aquisição de controle político e social. (Folettto, 2019: 20-21, grifo nosso)

Ora, no período do litígio entre Minas Gerais e Espírito Santo (1920 a 1963, principalmente), tanto a geografia quanto a história estavam se constituindo enquanto ciências no país. O historiador ou geógrafo culto da época, geralmente um engenheiro ou um advogado, seria paulatinamente substituído por um geógrafo ou historiador em formação. A pergunta a se fazer é se tais cientistas se alinhavam a algum grupo de poder, e se os “protocientistas” do período anterior, como Cícero Moraes (engenheiro civil, advogado e escritor) se alinhavam ou não a algum grupo de poder.

Finalizando a busca por dissertações e teses na temática, temos a dissertação em história da UFJF de Anunciação (2019), *Entre trâmites políticos e conflitos sociais: a memória do contestado mineiro-capixaba*, cujo início de recorte temporal é 1937, data do Estado Novo varguista. Para Anunciação, a constituição de 1937 dá aos estados da federação a autonomia sobre a demarcação de seus limites. Também baseado em documentos e na história oral, a questão central por ele tratada foi “compreender como a população de uma área litigiosa vivenciou as implicações causadas pelo desinteresse estadual” (Anunciação, 2019: 8). Prossegue seus argumentos de que na área litigiosa as elites dominantes preservariam seus interesses político-econômicos.

Tabela 2: Cidades atuais da antiga região do Contestado e seus respectivos anos de emancipação política

Cidades do Espírito Santo	Ano de emancipação
Alto Rio Novo	1988
Mantenópolis	1953
Barra de São Francisco	1943
Água Doce do Norte	1988
Ecoporanga	1955
Mucurici	1953
Ponto Belo	1994

Cidades de Minas Gerais	Ano de emancipação
Mantena	1943
Itabirinha do Mantena	1962
Nova Belém	1995
Ouro Verde de Minas	1962
São João da Mantelinha	1993
Ataléia	1943

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017

Tabela 2: Análoga à tabela 1. Fonte: Anunciação (2019: 66)

Para Anunciação (2019: 14), além da constituição do Estado Novo, a região do Contestado teve a ocupação estimulada pela política varguista de ocupação dos “vazios demográficos” do país, por meio de pequenas propriedades agrícolas. O acréscimo de Anunciação à temática está na centralidade de seu estudo em relação à memória dos camponeses do noroeste do Espírito Santo, suas vozes, constrangimentos e violência a que foram submetidos (Anunciação, 2019: 17). Outro ponto que merece destaque é o fato de o Contestado ser estudado, basicamente, sob a ótica espírito-santense. Anunciação tenta, por sua vez, “mostrar, por meio da análise bibliográfica, fontes documentais e da narrativa, a importância histórica da região e as experiências de Minas Gerais diante de seus confrontos acerca dos limites do estado” (Anunciação, 2019: 24).

O trabalho referente à temática não se esgota nestas linhas, há ainda muito a ser analisado. Somente a título de ilustração, há a obra de Abi-Ackel, *A caminho do leste (a questão do Contestado Minas Gerais / Espírito Santo)*, de 2016, além dos esforços de envergadura ímpar de Ferreira (2006), *Campesinidade e território quilombola no norte do Espírito Santo*. Recentemente, há de se destacar os artigos

de Nogueira (2020 e 2022), bem como seu livro, *Ensaaios de geografia histórica e história da geografia* (Nogueira, 2021). Diante de todos os atores sociais e diferentes perspectivas já adotadas nesta parte do presente trabalho, Nogueira adiciona a variável dos *intelectuais* da época no processo de divisão territorial, das fronteiras do Espírito Santo:

Fazendo um ajuste de foco para a proposta de efetuar um estudo sobre o processo de formação territorial do Espírito Santo na primeira metade do século XX, parte-se do pressuposto de que os trabalhos surgidos a partir das expedições efetuadas pelos geógrafos do CNG ao norte do rio Doce podem ser entendidos como manifestações de algumas das ideologias geográficas generalizadas no pensamento político-social brasileiro da época, revelando a adequação do imaginário espacial difundido pelo governo central à realidade regional. (Nogueira, 2020: 6)

A “marcha para oeste” teria o objetivo de “dilatara esfera de civilização” para a colonização de terras vazias, inclusive, associando-se desenvolvimento agrícola e industrialização, como era proposto para o caso de Colatina, em 1943 (Nogueira, 2020: 11). Uma coisa é entender o que ocorria na região norte, ou sobretudo no noroeste do Contestado, os fatos históricos propriamente ditos e repetidos em todas as teses e dissertações acima. Outra é compreender a sutileza (arrisque-se dizer no campo acadêmico da história das mentalidades) do que impulsionava, em termos de pensamento, as decisões dos limites interestaduais, numa realidade na qual, ao mesmo tempo em que se sistematizava academicamente o pensamento geográfico no Brasil, com atuação direta na questão dos limites interestaduais (Serviço Geográfico do Exército e Conselho Nacional de Geografia), existia o poder de influência de geógrafos autodidatas, como Cícero Moraes, engenheiro e advogado de formação, ou Eliseu Lofêgo, também advogado. Ambos atuaram como advogados do Espírito Santo na questão do litígio. Interessante é refletir quais forças ou constrangimentos houve no contato destes dois “tipos de geógrafos” nos anos 1930-1940: o geógrafo autodidata e o recém-institucionalizado geógrafo acadêmico no período em questão; principalmente a estrutura de poder que ambos “tipos” possuiriam numa questão complexa, imbricada de problemas sociais, desde a miséria camponesa até a violência cristalizada do coronelismo e mandonismo, numa área de 279.000 hectares, maior que a atual área da Grande Vitória.

A contribuição do presente trabalho tem sido, num primeiro momento, justamente agrupar os esforços acadêmicos acerca da temática do Contestado, conforme as páginas acima. No próximo tópico, será feita uma breve síntese da instalação dos municípios ao noroeste do Espírito Santo, pois parte-se da hipótese de que instalar uma vila ou um município é uma forma de organizar o espaço e legitimar a soberania sobre o mesmo.

Futuramente, há o desafio de lançar à luz a possibilidade de compreender a região do Contestado para além do lugar-comum campesinato *versus* oligarquia. Pode-se, através destes fatos históricos que se tornaram “lugares-comuns”, empreender uma análise histórico-geográfica (ou de geografia histórica), tendo como cerne obras como “A Serra dos Aimorés, uma barreira”, memorial dos advogados Targino Ribeiro, Cícero Moraes e Rubem Ferraz, de 1949, “Limites: acordo entre Espírito Santo e Minas Gerais”, do advogado Eliseu Lofêgo, de 1963, ambas obras polarizadas pelo Espírito Santo, ou ainda a trilogia “A questão de limites com o Estado do Espírito Santo ao norte do rio Doce”, dos advogados mineiros Darcy Bessone de Oliveira Andrade e Antônio Gonçalves de Oliveira, do final dos anos 1950. De todas as teses e dissertações acima, nenhuma teve tais documentos como fontes primárias. Caso haja a possibilidade de estudos futuros, restam questões, como: 1) quais seriam as relações de tais advogados com as elites regionais? 2) Quando o pensamento científico geográfico deixou de gravitar entre tais homens “ilustrados” e passou a ser exercido por geógrafos de formação? No próximo item segue um esboço da formação dos municípios do contestado, sobretudo do lado espírito-santense.

4. A instalação de municípios como afirmação de poder sobre o território

Até o momento da pesquisa, houve grande dificuldade em se encontrar fontes impressas que tratassem diretamente dos municípios da região do Contestado, ou melhor: uma história, uma memória específica de cada município. Por exemplo, não foi encontrada nenhuma obra como História de “Ponto Belo”, “Água Doce do Norte”, “Mantenedópolis” ou “Alto Rio Novo”. Nos três municípios restantes da região encontramos, geralmente, memórias de historiadores locais, como é o caso de *Mucurici e Montanha: a ocupação de parte dos “terrenos desconhecidos”*, de Oliveira (1999), *O passado e o presente de Barra de São Francisco*, de Silva e Lopes (1999). A exceção é *“Ecoporanga: da concepção à vida adulta”*, dos historiadores Luiz Guilherme dos Santos Neves e Renato José Costa Pacheco, de 1992.

O primeiro livro, sobre Mucurici, é definido pela própria autora como paradiático, para a comunidade local. A autora une a história das cidades de Mucurici e Montanha, por ter vivido em ambas. A memória realizada sobre o Contestado exalta a memória dos combatentes locais, além de ser feita um estudo toponímico local, chamado primeiramente de Barreado, com influência das expedições de Teófilo Benedito Ottoni, e conseqüentemente, de Minas Gerais. Segundo a autora, foram as madeiras as grandes responsáveis pela fixação dos primeiros habitantes, os posseiros mineiros, juntamente com baianos, avançaram pelo Espírito Santo “nos arrastões deixados pelas madeiras” (Oliveira, 1999: 34), formando o Comarcão do Itaúnas, atual Mucurici, com destacamento policial mineiro. E, para garantir a jurisdição sobre a região, o Espírito Santo fez inúmeras concessões às madeiras, durante a década de 1920 (Oliveira, 1999: 35), madeiras como a Brasil-Holanda Indústria S/A e a Companhia Industrial de Madeira, nos anos 1940. Além da exploração madeira havia a distribuição de terras a posseiros, o que potencializou a ocupação local. Apesar de não se tratar um livro com crivo científico, há alguns detalhes que chamam a atenção. Sobretudo se valendo da história oral, Oliveira destaca que os posseiros vendiam madeiras de lei muito baratas, muitas vezes em troca da legitimação das terras (Oliveira, 1999: 38), ou ainda: “O distrito do Vinhático, como Mucurici e Montanha, cresceu devido à exploração de madeira e distribuição de

terras.” (Oliveira, 1999: 73). Aqui já se pode notar a tensão de dois atores sociais: os posseiros e os madeireiros, os últimos, possivelmente, grileiros. Outro ponto que merece atenção é o destaque dado aos grupos familiares locais desde o início da obra, dedicada a cerca de quinhentas pessoas locais, com nomes e sobrenomes. A partir deste material, pode-se, futuramente, pesquisar a história local, ver quem eram as elites locais e como as mesmas tensionaram ou não com os posseiros, por exemplo. Uma parte da obra chama bastante atenção:

A maioria da população vivia na zona rural e existia muita solidariedade entre os pioneiros. Havia o costume de “roubar a roça”. Quando um colono ia plantar uma roça (de milho, feijão ou mandioca etc.) os vizinhos vinham de madrugada com as ferramentas e plantavam cerca de meio, um, ou até dois alqueires da roça. Quando chegavam, para avisar ao dono da plantação, batiam as ferramentas umas nas outras para se fazerem anunciar. O proprietário já sabia que deveria matar criação: porco, frango etc... e fazer festa. Terminado o mutirão, o dono da casa oferecia um baile. Sempre havia um tocador e as festas duravam até dois dias. Faia-se também mutirão para construção de casas e chamava-se “roubar a casa”. (Oliveira, 1999: 59)

Ora, apesar de poder ser um caso isolado, se a população local era tão cordial e solidária, as décadas de violência sofridas mais que justificam o massivo êxodo local. A obra *O passado e o presente de Barra de São Francisco* trata-se, igualmente, de uma memória local, que recua temporalmente às primeiras incursões de agricultores em busca de terras devolutas, a partir de 1927. A cultura do café se iniciou um ano após a construção da ponte sobre o rio Doce em Colatina (1928). Os desbravadores locais vinham de Minas Gerais, como Adão Pereira Brum, de Conselheiro Pena. Fatos cotidianos, como a chegada da luz elétrica, igualmente são citados tanto por Oliveira como por Silva e Lopes. Ao citar o *Contestado*, Silva e Lopes (1999, 124-125) homenageia os *heróis locais*, sargentos, cabos, soldados, subtenentes e oficiais. Ideia aparentemente simples, revela a questão do pertencimento das autoras ao Espírito Santo, do qual se pode supor, um pertencimento de toda a população local daquela “área de fronteira” ao Espírito Santo. As autoras fazem, ainda, uma breve memória do *Contestado*,

Em maio de 1938 a polícia de Minas Gerais prende o encarregado do registro de terras de nosso Estado, Senhor Tolentino Xavier. O governo do Espírito Santo toma as providências contra a prisão do funcionário, enviando comunicado ao governo de Minas Gerais, que não deu importância aos fatos relatados. (Silva; Lopes, 1999: 197).

O fato em questão não é a prisão de Tolentino Xavier, mas o embargo, por parte de Minas Gerais, da medição, e principalmente, legitimação de terras por parte do Espírito Santo.

Em julho de 1938, o Coronel Mineiro Senhor João Lopes de Oliveira envia aos habitantes de Gabriel Emílio, hoje Mantena, um edital solicitando obediência somente às autoridades mineiras. Esse é comunicado ao Governo de Minas Gerais pelo Interventor Federal no Espírito Santo, Senhor João Punaro Bley. Também desta vez não foram tomadas providências pelo governo mineiro. Essa humilhante situação não poderia continuar. (Silva; Lopes, 1999: 200, grifo nosso).

Não se tratava somente arbitrar uma porção de terra à Minas Gerais ou ao Espírito Santo. As pessoas que habitavam o local (ou parte delas) se sentiam humilhadas, por já “pertencerem” ao Espírito Santo. Ademais, o restante do livro são memórias, fotos ou descrições de aspectos físicos e geográficos locais que, no momento, não é relevante para os argumentos que se seguem.

Uma pequena obra sobre Barra de São Francisco, impressa pelo IBGE em 1948, *Sinopse estatística do município de Barra de São Francisco*, coloca praticamente toda a região contestada que configura atualmente como pertencente ao Espírito Santo como sendo *Barra de São Francisco*. Por *deficiência de elementos*

Somente a partir dos quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, surge em publicações oficiais o distrito de Barra de São Francisco, então como integrante do Município de São Mateus, situação em que permanece não só no quadro anexo ao Decreto-lei estadual nº 9.222, de 31 de Março de 1938, como também na divisão territorial jurídico-administrativa do Estado, vigente no quinquênio 1939-1943, fixada pelo decreto-lei estadual nº 9.41, de 11 de novembro de 1938. (IBGE, 1948: s. p.)

Ora, em plena disputa pela região contestada, o IBGE, através de um mapa e deste relatório, colocava grande parte dos limites atuais do Espírito Santo como já pertencentes ao mesmo, em 1948. O restante da obra são as estatísticas do município, pontuadas de uma forma que existe até a atualidade no IBGE: produção agrícola, pecuária, infraestrutura de transporte e comunicações, acesso à saúde e à educação.

Finalmente, a última obra relevante é *Ecoporanga. Da concepção à vida adulta*. Diferentemente das anteriores, é um estudo realizado por dois historiadores, Santos

Neves e Pacheco. Mesmo assim, são *memórias*, praticamente um livro comemorativo; portanto, voltado ao público em geral e, com efeito, versa sobre dados como clima, relevo, hidrografia. O local se destacava, em 1992, pela bovinocultura (corte e leite), e em menor escala, a agricultura (café, milho, arroz, feijão, com destaque para o café). Nos idos 1950 não havia transporte estruturado, tendo a população local que se deslocar para Barra do São Francisco e Colatina, ou até mesmo para Mantena, em Minas Gerais, caso precisasse de atendimento médico (Santos Neves; Pacheco, 1992: 222-24). Pensar somente em tensões entre Minas Gerais e Espírito Santo empobrece a análise do objeto: pelo descrito acima, se um espírito-santense precisasse de serviços médicos, ia naturalmente procurá-los em Minas Gerais, ou seja, havia redes de solidariedade, e não somente tensão. No mais, a obra é predominantemente factual, *narra* a chegada dos primeiros “pioneiros”, como a família de Jacinto Antônio Dias ao local, em 1934. Também fala dos indígenas e dos capuchinhos na ocupação da região, e posteriormente, o caminho dos posseiros para Cotaxé, atraídos pelas madeiras e terras agricultáveis (Santos Neves; Pacheco, 1992: 43). Segundo os autores, primeiramente colonos mineiros chegam à região pelo rio Pancas, depois, colatinenses e mineiros pelo rio Mantena, junto a imigrantes vindos do sul do Estado, trazendo famílias de origem italiana e poloneses. Contudo, é a partir de 1934 que “o corte da madeira e a febre do café levam colonos até o extremo noroeste do Estado, no vale do Cotaxé, braço esquerdo do rio São Mateus, hoje município de Ecoporanga” (Santos Neves; Pacheco, 1992: 44), com posterior chegada de baianos. A posse da terra deu-se: “a) pelo apossamento direto; b) pela transferência das posses constituídas; c) pela legitimação das áreas junto ao Governo Estadual” (Santos Neves; Pacheco, 1992: 45). No primeiro caso, desmatava-se para agricultar pequenas lavouras, compravam-se as terras dos primeiros ocupantes, transformando as propriedades em médias ou grandes, para café ou gado. O último caso era a legitimação das terras devolutas junto ao Poder Público, algo restrito àqueles com maior poder financeiro. As maiores tensões ocorreram entre os primeiros e os últimos.

Deve-se observar, até o momento que há, portanto, duas (senão três) tensões na região do Contestado:

1) as tensões internas, entre posseiros e grileiros, como já claramente visto nos tópicos anteriores, resultando, inclusive, no provável Estado União de Jeovah. Além disto, pode-se supor que os grileiros provavelmente tinham relações com as elites (ou até mesmo eram as elites) de seus respectivos estados;

2) por sua vez, as elites espírito-santense e capixaba, para legitimar e oficializar o exercício de sua soberania nas terras da região, tinham que identificar e demarcar as posses, definindo-as ou como pertencente a Minas Gerais, ou ao Espírito Santo. É desta segunda tensão que supomos a terceira;

3) o apoio da classe social menos favorecida às elites de algum dos dois estados litigantes, o que enfraqueceria a coesão dos posseiros, pertencentes a tal classe, pois, por exemplo, entre os anos 1930 e 1960, nem todos os pobres queriam ser posseiros e muitos provavelmente apoiavam os grandes fazendeiros, numa conjuntura em que ainda reverberava, ainda que de forma decadente, o coronelismo.

Todas as tensões acima são hipóteses, é necessário um trabalho empírico; porém, as obras acima citadas neste tópico mencionam nomes, tanto das elites quanto dos posseiros. Logo, a partir delas, há pelo menos material para investigações futuras. Fato importante é que a primeira obra que cita, por exemplo, a duplicidade de impostos na região, é justamente *Ecoporanga, da concepção à vida adulta* (Santos Neves; Pacheco, 1992: 47). Além disto, cita um laudo do Serviço Geográfico do Exército de 1941, em que ambos os estados não deram atenção alguma à região do Braço Norte do São Mateus (próximo à região contestada de Ecoporanga), não havia núcleo populacional significativo algum, a população vivia em situação de miséria e abandono, isolada, somente procurada por natureza eleitoral: “Nenhum dos Estados proporcionava aos seus habitantes qualquer espécie de auxílio ou assistência direta”⁶ (Santos Neves; Pacheco, 1992: 47). Fica a questão: se nenhum dos estados aplicara recurso algum à região, por quais motivos a luta pela terra foi tão odienta? Ademais, a obra narra, com bastante concisão e clareza, as tensões de Cotaxé, reportando ao clássico de Luzimar Nogueira Dias.

6 Não se teve acesso ao texto original do Serviço Geográfico do Exército, mas o trecho acima pode ser encontrado em íntegra na obra de RIBEIRO, Targino *et alii*. **A Serra dos Aimorés, uma barreira**. 1949.

4.1. A instalação de municípios no Noroeste do Espírito Santo

Conforme mostrado acima, não é tarefa fácil encontrar obras que versem diretamente sobre cada um dos sete municípios que compõem a região leste do Contestado, a parte espírito-santense. Na ausência de tais obras, vislumbra-se, justamente por este motivo, a possibilidade de realização de estudos em Geografia e História acerca de tais municípios, tanto individualmente como agrupando-os enquanto região. Se não há “fatos históricos” relevantes na região, além dos de Cotaxé, se se exaurem as fontes das abordagens “clássicas” (conflito agrário, movimento camponês, concentração fundiária, etc.), há, como em toda ação humana, fatos cotidianos, que constituem a mentalidade e a cultura, a existência.

Além disto, há outras formas de entendimento da região, principalmente em se tratando de organização do espaço: quando há valorização da terra, aquela região “renegada” tanto por Minas Gerais quanto pelo Espírito Santo, sem vias de acesso, saúde ou educação, passa a ser disputada. Conforme o trabalho de Bernardo Neto (2012), houve várias levas migratórias. A primária, a ocupação milenar dos povos originários, iniciada antes da ocupação portuguesa, passa pelo século XVII, com alguma circulação de jesuítas, e vai até a obra dos padres capuchinhos no final do século XIX. Este seria o período da “barreira verde”, do elogio às paisagens verdejantes. Ao final deste primeiro momento, há a circulação de mestiços, caboclos, quilombolas, do século XIX ao início do século XX, com ocupação tradicional da terra, para subsistência.

Contudo, entre a primeira ocupação e a primeira leva migratória há o início do desmatamento e do extermínio indígena. A escassez de madeira nobre na região Sudeste, o declínio das lavras em Minas Gerais, a própria Lei de Terras de 1850 e a abundância de terras devolutas originariam o período que é o foco do presente trabalho. Nesta segunda leva migratória, primeiramente se direcionam posseiros, posteriormente grileiros. Mas no mesmo espaço resistem, até a atualidade, atores sociais dos períodos anteriores. Após os grileiros e o desmatamento de quase toda a mata Atlântica espírito-santense, há a concentração fundiária no Norte do Espírito

Santo, sob a pata do boi, a monocultura cafeeira e os desertos verdes de eucalipto. E pelo fato de as tensões camponesas continuarem a existir há um século com diferentes roupagens, trata-se, portanto, de uma questão possível de ser examinada pelo crivo da longa duração, e sendo de longa duração, pode ser objeto de análise da geo-história braudeliana – ou da geografia histórica, de forma geral.

Entende-se a instalação dos municípios como uma re-organização das elites locais ou regionais, dadas as potencialidades econômicas que esta região passaria a oferecer no alvorecer do século XX: extração madeireira, cafeicultura e pecuária. Esta região, um “não-lugar”, um lugar “a-histórico” (até mesmo atualmente, haja visto a pouca literatura que versa diretamente sobre a mesma), passa a “existir no mapa”, passa a ser medida e cartografada. Traça-se a presença oficial do Estado, principalmente após a constituição de 1937, seja pela:

1. Presença das polícias militares do Espírito Santo e de Minas Gerais;
2. Presença do Serviço Geográfico do Exército;
3. Presença do Supremo Tribunal Federal;
4. Presença do Conselho Nacional de Geografia;
5. Presença de engenheiros agrimensores, como cita Ceciliano Abel de Almeida, na introdução de suas memórias, *O desbravamento das selvas do Rio Doce*.
6. Presença de interventores nos povoados que se tornariam as futuras cidades na região.

A terra deve ser demarcada, o solo deve ser analisado, estradas abertas, pontes erguidas, possíveis áreas para povoamento devem ser doadas ou loteadas. Tais cidades surgem porque, segundo o varguismo, o progresso deve chegar a todo o país, os “vazios demográficos” devem ser ocupados, devem se tornar produtivos. A instalação de municípios serviria para legitimar a presença do Estado, tanto por parte de Minas Gerais quanto do Espírito Santo. As elites locais poderiam conformar alianças com outras oligarquias, haja vista que grande parte das cidades da região do

Contestado se ergueu após “doação de terras” ou “loteamento de terras” efetuado por fazendeiros daquelas novas terras, conforme breve relato que se segue.

Primeiramente, pela parte de Minas Gerais, o primeiro município a ser instalado foi Ataleia, instalado a partir da separação de Itambacuri, no ano de 1943. Diferentemente do restante da região, sua colonização se deu predominantemente pelo garimpo, no final dos anos 1920. A vila que deu origem ao município foi erguida em área doada pelo fazendeiro Vicente Pedroso dos Santos. A seguir, a maior cidade mineira da região, Mantena, também proveniente de Itambacuri, teria sede instalada em 1944. O povoado começou com a presença dos padres capuchinhos no local, na década de 1920. Em 1932, o fazendeiro Cândido Ilhéu (Cândido Ribeiro Gonçalves) também doou terras para a construção do povoado. Havia forte relação do local com Conselheiro Pena, e as primeiras atividades econômicas foram a madeira e o café. Mantena deu origem a três municípios, Itabirinha de Mantena, mais tarde chamada somente de Itabirinha, em 1962, seguido por São João do Manteninha (1992) e Nova Belém (1995). Itabirinha, anteriormente chamada de Povoado da Boneca, inicialmente isolada, desenvolveu-se a partir do comércio de madeira com Governador Valadares. O povoado começou em 1939, com a doação de terras, realizada por Manoela Gaspar, Antônio Valério e Antônio Godinho. Apesar de fora do recorte cronológico, São João do Manteninha foi povoado por moradores de Mutum e de Caratinga, e Nova Belém, igualmente, iniciou-se com o loteamento da fazenda de José Vieira Nunes, em 1961.

Quanto ao lado espírito-santense, o primeiro município a ser instalado foi Barra de São Francisco, em 1943, até então pertencente à São Mateus. O povoado passou a ser definitivamente ocupado com a vinda de lavradores de Minas Gerais, Colatina e São Mateus, em 1927, estimulados a ocuparem o local pela grande quantidade de terras devolutas e pela cafeicultura. Em 1937 a região de Barra de São Francisco passou a pertencer a Minas Gerais, até voltar ao Espírito Santo em 1943. Contudo, no Acordo de Paz de 1963, o povoado de Gabriel Emílio, distrito de Barra de São Francisco, foi incorporado a Mantena, Minas Gerais. Três municípios vieram de Barra de São Francisco: o primeiro, Mantenópolis, instalado em 1954. O povoamento foi iniciado em 1920, com estreitas relações com Resplendor e Conselheiro Pena (Minas Gerais). A primeira sede foi o povoado de Ametista, transferido para o atual local após

uma enchente do rio São Mateus. O local de maior relevância histórica é Ecoporanga, que, apesar de contar com a presença dos padres capuchinhos desde 1870, teve sua ocupação sistematizada a partir de 1937, também com doação de terras pelo fazendeiro mineiro Jacinto Antônio Dias. Em 1953, Ecoporanga iria pertencer à Ataleia (Minas Gerais), até ser emancipado e instalado em 1955 como município espírito-santense. Atualmente conta com gado leiteiro e rochas ornamentais. O último município originado de Barra de São Francisco foi Água Doce do Norte, instalado em 1988, porém criado em 1949 após a doação de terras do fazendeiro Domingos Marculano. Desde a origem, sua economia é a cafeicultura. Mucurici pertencia à Conceição da Barra e teve um rápido povoamento em função das terras devolutas e da presença de madeiras de lei. Atualmente sua economia ainda é baseada na cafeicultura e historicamente teve o predomínio de pequenos agricultores familiares, com propriedades de até 50 hectares. Alto Rio Novo se tornou município em 1988, emancipado de Pancas, porém sua história começou com uma expedição vinda de Aimorés (Minas Gerais) em 1918, desde sempre com a economia baseada na cafeicultura, e com fortes relações com Conselheiro Pena e Resplendor (Minas Gerais), além de Pancas (Espírito Santo). O último município da região é Ponto Belo, vindo de Mucurici. A colonização se deu por mineiros e baianos, em razão do comércio de madeiras de lei, e atualmente sua economia baseia-se na cafeicultura, plantio de mandioca e pecuária bovina. O mapa a seguir, extraído de Muramatsu, sintetiza bem a região, tanto do lado espírito-santense quanto do mineiro:

5. Considerações parciais: Lacunas e potencialidades do Noroeste do Espírito Santo para a Geografia Histórica

Ao estudar a temática acerca da região, até o momento, notaram-se lacunas em dois tipos de abordagem. Primeiramente não se observou ainda nenhum trabalho acadêmico focado diretamente nos trabalhos de Cícero Moraes, Targino Ribeiro e Érico Ferraz, de 1949, *A Serra dos Aimorés, uma barreira*, ou na trilogia *A questão de limites com o Espírito Santo (ao norte do Rio Doce)*, de Darcy Bessone de Oliveira Andrade e Antônio Gonçalves de Oliveira, também de 1949, ou *Limites: acordo entre Espírito Santo e Minas Gerais*, de Eliseu Lofêgo, de 1963, *As questões de limites que o Espírito Santo sustentou*, de Cícero Moraes, de 1971, *Limites entre Minas Gerais e Espírito Santo ao Norte do rio Doce*, também de Antônio Gonçalves de Oliveira, de 1958. Praticamente todas estas obras foram redigidas por advogados, e sendo muitas vezes peças de defesa, ora para o estado mineiro, ora para o espírito-santense, além de descreverem os acontecimentos, tentavam, por vezes, *convencer* a legitimação do espaço para um dos estados, valendo-se, inclusive, de mapas do Serviço Geográfico do Exército. Este “núcleo duro”, formado por intelectuais, pode se ajustar perfeitamente com a história do pensamento geográfico do período no Brasil a partir dos anos 1930.

Tinha-se, nesta década, concomitantemente, o início da institucionalização dos cursos de história e de geografia no Brasil. Implantaram-se os cursos de Geografia e História na Universidade de São Paulo, em 1934, e na Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, reestruturado na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), em 1939. Num mesmo compasso, o curso simultâneo de História e Geografia Universidade Federal do Espírito Santo começou em 1953, com desmembramento em 1955. A graduação em Geografia e História da Universidade Federal de Minas Gerais começou em 1939, com desdobramento em 1955. Além destas datas, nota-se que, no Governo Vargas, dentro de suas medidas de organização do Estado, criou-se o Conselho Nacional de Geografia, em 1937, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (que incorporou o Conselho Nacional de Geografia) em 1938. Tinha-se, pois, concomitantemente, uma

nova forma de interpretar a história e a geografia, científica, lado a lado de uma geografia igualmente científica, mas autodidata, a geografia dos Institutos Históricos e Geográficos, no caso, predominantemente por advogados e outros intelectuais. Também é a época da *Revista Brasileira de Geografia*.

A segunda lacuna observada foi na análise da disputa entre posseiros e grileiros. Apesar de o movimento udelinista ser exaustivamente estudado, principalmente em se tratando do recurso à história oral, apesar de cartas entre autoridades da época serem uma rica fonte de informações, ou descrições de crimes ocorridos na região do litígio, antevê-se como oportunidade ímpar estudar contratos de posse, ou melhor, a escritura das terras na região, mesmo que tais contratos sejam de terras griladas. Tal técnica chega a ser óbvia em se tratando da história agrária, por exemplo, mas não se observou tal uso no campo dos estudos geográficos da questão. O objetivo de um trabalho baseado em tais fontes primárias seria caracterizar as elites locais, a partir dos nomes e sobrenomes de cada proprietário de terras, qual o tamanho de cada propriedade, de quem as comprou e para quem as vendeu, quem foram as pessoas que doaram as terras para as instalações dos municípios e o que ganharam em troca, se, e como havia relações entre os grandes proprietários e as elites de Minas Gerais e do Espírito Santo, se, e como havia relações (inclusive financeiras) com os intelectuais acima citados, que discutiram os limites entre os estados. Tais documentos serão encontrados no Arquivo Público do Espírito Santo e nos arquivos públicos dos municípios do Noroeste do Espírito Santo.

Há outros pontos a serem questionados e discutidos, como por que o Serviço Geográfico do Exército foi tão moroso com a questão dos limites, mas isto foge ao escopo do trabalho. Em momento algum se pensa em excluir as abordagens clássicas, como o confronto entre posseiros e grileiros, os primeiros sendo oprimidos pelas polícias locais, mas entender o que motivou os relatórios dos intelectuais da época diante de um quadro de violência e morte generalizados. Busca-se entender o que resultou na oficialização da ocupação daquele território de forma científica, conforme os trabalhos de Nogueira (2021). Compreendem-se, portanto, três vetores: 1) o conflito em si, entre posseiros e grileiros, a violência na ação das polícias militares e dos paramilitares, as milícias, os jagunços; 2) o lado acadêmico formal e jurídico, do

Supremo Tribunal Federal; 3) a legitimação científica do espaço, pelo Serviço Geográfico do Exército e pelo Conselho Nacional de Geografia.

Há uma riqueza ímpar de interpretações do objeto. Com dados empíricos sobre a posse e/ou escritura, bem como dados de Censos Agropecuários e Demográficos, pode-se fazer uma cartografia temática, como mapas de fluxos, ou refinar os mapas de Bernardo Neto (2012; 2015) sobre o tamanho das propriedades no Espírito Santo. Há a possibilidade de se fazerem pirâmides etárias históricas. Ainda, como fazer uma cartografia temática histórica, ou como interpretar cartografias antigas utilizando técnicas geoprocessamento moderno? A própria questão da região, do território, da territorialidade pode (e deve) ser estudada com um rigor científico maior, no que tange a questão, pois a maioria das dissertações e teses estudadas está no âmbito da história, não da geografia; portanto, tais conceitos devem ser analisados mais profundamente. Apesar de ter sido o local dos fatos históricos do confronto por terras, a região não é somente Ecoporanga. Além disto, a maior parte das teses e dissertações lidas não dialoga entre si, cada estudo “parte do zero”, salvo as referências clássicas com Luzimar Nogueira Dias e Adilson Vilaça de Freitas.

A cartografia histórica da região também é uma fonte rica de informações. Através de mapas antigos, pode-se ver a evolução das malhas rodoviárias e estradas férreas, a história das toponímias, a imprecisão das fronteiras em questão materializadas no desconhecimento da região naqueles mapas.

Um estudo futuro também pode ser visto em se tratando das relações de poder. Uma relação direta de poder na temática é a entre grileiros e posseiros. Contudo, também há uma relação de poder entre as administrações do Espírito Santo e de Minas Gerais, principalmente após a Revolução de 1930. A presença oficial de ambos estados, através das polícias militares que quase chegaram às vias de fato, também é uma forma de interpretação de poder. O lugar de fala dos intelectuais da época também reflete uma estrutura de poder. O Serviço Geográfico do Exército, o Conselho Nacional de Geografia e o Tribunal Superior Federal também podem ser analisados como estruturas de poder.

Em se tratando de poder, quando se instala um município, há a oficialização de uma rede de poder: cria-se uma prefeitura, uma câmara de vereadores, um posto de saúde, uma delegacia, serviço de correios, bancos. Isto estrutura uma oligarquia local: esta entraria em consonância como as estruturas de poder em nível estadual? Através deste tipo de articulação, haveria maior controle sobre o espaço e os recursos que ali existem? Apesar de anacrônico, um exemplo clássico é o das feitorias das capitanias hereditárias, postos comerciais utilizados para organização do território, no litoral do Brasil colonial. Numa mesma lógica, instalar cidades em Minas ou no Espírito Santo poderia ter os mesmos objetivos: organizar um espaço inexplorado economicamente, em benefício de determinados grupos sociais. Coloca-se um interventor, um delegado que, de alguma forma beneficiaria um fazendeiro que nunca pisou na região e que poderia residir em Vitória, por exemplo.

Todo o relatório aqui apresentado ainda carece de alguns aprofundamentos em: 1) história do Brasil e história do Espírito Santo na época, à exemplo do trabalho de Garcia (2015); 2) conhecimento aprofundado nas obras de Fernand Braudel, de Pierre Monbeig, além do estado da arte da Geografia e da História na época; 3) conhecimento rigoroso dos conceitos de território em Moraes e Haesbart; 4) Um trabalho de campo nos arquivos da região.

Os indígenas, os escravizados, os posseiros, os colonos e até mesmo as prefeituras instaladas na região não tiveram a oportunidade de realizar suas próprias cartografias, expressar as permanências de suas memórias históricas. No caso das prefeituras instaladas, até o tempo presente, surgiram na maior parte das vezes estudos comemorativos, geralmente elaborados pelos intelectuais locais, que, se bem interpretados, funcionam como textos de geografia e história regional. No período histórico estudado, coube a cientificidade da demarcação de terras ao Serviço Geográfico do Exército e ao Conselho Nacional de Geografia do IBGE, com a rede geodésica nacional, e instalar os limites formais, técnica e cientificamente comprovados. Aliás, o conflito pela região se deu justamente pela imprecisão técnico-científica do que seriam as os limites de cada território (e os desenhos regionais de suas múltiplas territorialidades). Resta, portanto, uma última pergunta: por que demoraram tanto?

Enfim, isto é um começo.

Referências Bibliográficas:

ABI-ACKEL, Ibrahim. **A caminho do Leste (A questão do Contestado Minas Gerais / Espírito Santo)**. Brasília: Senado Federal, 2016.

ALEIXO, Alceu. **As fronteiras do Espírito Santo com Minas Gerais: o laudo do Serviço Geográfico do Exército em face do artigo 184 da constituição de 1937**. [s.n.], 1958.

ANDRADE, Darcy Bessone de Oliveira. **A questão de limites com o estado do Espírito Santo (ao norte do Rio Doce)**. Vol. I. Belo Horizonte, MG: Departamento Jurídico do Estado de Minas Gerais, 1949.

ANDRADE, Darcy Bessone de Oliveira; OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de. **As questões de limites com o Estado do Espírito Santo: (ao norte do rio Doce)**. Volume 3. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1958.

ANUNCIACÃO, Flávio Luciano. **Entre trâmites políticos e conflitos sociais: a memória do contestado mineiro-capixaba**. Mestrado em História. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2019.

ASSIS, F. Eujenio de. **Dicionário geográfico e histórico do Estado do Espírito Santo**. Vitória, ES: 1941.

ATHAYDE, Antônio. **A história do Contestado**. Revista do IHGES, Vitória, n. 14, p. 3-5, dez. 1941.

BARRETO, Carlos Xavier Paes. **Questões de limites: Minas-Espírito Santo**. Vitória, ES: Sociedade de Artes Gráficas, 1915.

_____. **Questão de limites**. Revista do IHGES, n. 7, 1934.

BECKER, Bertha Koiffman. **O Norte do Espírito Santo: região periférica em transformação**. Livre docência em Geociências. Rio de Janeiro: UFRJ, 1969.

BERNARDO NETO, Jaime. **Gênese da estrutura agrária do Espírito Santo: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul**. Mestrado em Geografia. UFES: 2012.

BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo. Roteiro da industrialização**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

BORGO, Ivan et. al. **Norte do Espírito Santo: Ciclo madeireiro e povoamento**. Vitória, ES: EdUFES, 1996.

BRASIL (CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA). **Sinopse estatística do município de Barra de São Francisco: Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.

CAMPOS, Hélcio Ribeiro. **A resolução de fronteiras Minas Gerais – Espírito Santo na Zona do Contestado**. In: Revista Geonorte, Ed. Especial 3, V.7, N.1, p.986-1006, 2013.

CARVALHO. José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Dados, v. 40, n. 2, 1997.

CÔGO, Ana Lúcia. **História agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus**. Doutorado em História. São Paulo: USP, 2007.

CUNHA, Demian Ferreira da. **Geografia da questão agrária do Espírito Santo: o caso dos acampamentos Derli Casali e Maria Izabel em Ecoporanga-ES**. Mestrado em Geografia. Vitória, ES: UFES, 2014.

DARÉ, Raquel. **A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. Mestrado em Geografia. Vitória, ES: UFES, 2010.

DIAS, Luzimar Nogueira. **Massacre em Ecoporanga: lutas camponesas no Espírito Santo**. Vitória: Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo, 1984.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão, território e fronteira: expansão territorial de Minas Gerais na direção do litoral**. In: Revista *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 69-96, jan./jun. 2008.

FOLETTTO, Leonardo Zancheta. **Entre linhas e fronteiras: A histórica questão lindeira entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais (1911-1963)**. Mestrado em História. Vitória, ES: UFES, 2019.

_____. **Notas de pesquisa sobre a fronteira norte-capixaba: algumas considerações teóricas.** In: VI Congresso Internacional UFES / Paris-Est.

FREITAS, Adilson Vilaça de. **Cotaxé: a reinvenção de Canudos.** Vitória, ES: Sejuc: Spdc: IJSN, 1997.

GABLAGLIA, Fernando Antônio Raja; GUIMARÃES, Fábio Macedo Soares. **A questão de limites com o estado do Espírito Santo (ao norte do Rio Doce). Vol. II.** Belo Horizonte, MG: Departamento Jurídico do Estado de Minas Gerais, 1950.

GARCIA, Élio Ramires. **Do Estado União de Jeovah à União dos Posseiros de Cotaxé: transição de movimento sociorreligioso a movimento político e organizado. Singularidades: transição e longevidade.** Mestrado em História. Vitória, ES: UFES, 2015.

GONÇALVES, Alyne dos Santos. **A militância conservacionista de Augusto Ruschi: Práticas científicas e estratégias políticas na construção da Biologia e da Conservação da Natureza no Brasil (1937-1986).** Doutorado em História. Vitória, ES: UFES, 2018.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

_____. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos “territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **Território e multiterritorialidade em questão.** In: **Viver no Limite. Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nações.** São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **As fronteiras internas e a “questão regional” do Brasil.** Doutorado em Geografia. São Paulo: USP, 1993.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, Marco Túlio. **História do pensamento geográfico: formação territorial do Brasil à luz dos projetos territoriais do Exército (1889-1930).** Doutorado em Geografia. Uberlândia, MG: UFU, 2017.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia.** São Paulo: Annablume, 2011.

_____. **A gênese da geografia moderna.** São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Território e História no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Cícero. **Como nasceram cidades no Espírito Santo.** Vitória, ES: sem editora, 1954.

_____. **Geografia do Espírito Santo.** Vitória, ES: IHGES, 2004.

MURAMATSU, Luiz Noboru. **Movimento camponês e camponês em movimento (Estudo histórico da violência na frente pioneira do Noroeste do Espírito Santo: 1950-1960).** Doutorado em História. Vitória, ES: UFES, 2015.

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. **O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig.** Tese. Doutorado em História. São Paulo: USP, 2013.

_____. **Projeto de Pesquisa: pensamento geográfico e formação territorial no Espírito Santo – Século XX.**

_____. **A conquista do Brasil Central: fronteiras e frentes pioneiras no século XIX.** In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá, 2012.

_____. **Território, sertão e ciência: expedições civilizatórias e geografia no Brasil (1900 – 1930).** In: Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 22, n. 1, p. 043-060, mês. 2018.

_____. **Ideologias geográficas e conquista territorial: o norte do Rio Doce Capixaba – 1940**. In: XIII ENANPEGE. São Paulo: 2019.

NOVAES, Henrique de. **Os limites entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, ao norte do rio Doce**. A Gazeta, Vitória, p. 5-6, 22 set. 1946.

OLIVEIRA, A. Gonçalves de. **Limites entre Minas Gerais e Espírito Santo ao norte do Rio Doce**. Rio de Janeiro: Supremo Tribunal Federal, 1958.

OLIVEIRA, Euflasina Wand-Del-Rey. **Mucurici e Montanha: a ocupação de parte dos “terrenos desconhecidos”**. Montanha: Ed. Do autor, 1999, 204p.

OLIVEIRA, Ueber José (org.). **O Contestado capixaba. Historiografia e aspectos históricos**. Serra, ES: Milfontes, 2018.

PALAZZOLO, Jacinto de. **Nas selvas dos vales do rio Mucuri e do rio Doce. Como surgiu Itambacuri**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

PENA, Victor Augusto. **Os posseiros de Cotaxé e o movimento Udelinista: conflitos de representação**. Mestrado em História. Mariana, MG: UFOP, 2016.

PIMENTEL, Francisco Mendes. **Fronteiras interestaduais: Questão de limites entre o Espírito Santo e Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915.

PONTES, Wallace Tarcísio. **Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1930 – 1970)**. Mestrado em História. Vitória, ES: UFES, 2007.

RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés. **O casamento das elétricas capixabas. Um estudo da história da Escelsa Espírito Santo Centrais Elétricas S/A 1951-1968**. Doutorado em História. Niterói, RJ: UFF, 2003.

RIBEIRO, Targino; MORAES, Cícero; FERRAZ, Rubens. **A Serra dos Aimorés, uma barreira**. [Vitória, ES?], 1949.

SANTOS, Sofia Maria Valente Simões dos. **São Mateus: do lugar à vila**. Mestrado em Arquitetura. Vitória, ES: UFES, 2017.

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme; PACHECO, Renato José Costa. **Ecoporanga. Da concepção à vida adulta. Resgate da memória de um povo.** Vitória, ES: Brasília Editora, 1992.

SILVA, Edmilton da. **As representações da violência na região do contestado entre o Espírito Santo e Minas Gerais (1940-1962).** Mestrado em História. Vitória, ES: UFES, 2019.

SILVA, Marlídia Alves da; LOPES, Maria da Penha Gomes. **O passado e o presente de Barra de São Francisco.** Vitória, ES: Gráfica Ita, 1999.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória (1950 – 1980).** Vitória, ES: EDUFES, 2001.

VÁRIOS AUTORES. **A questão de limites com o Estado do Espírito Santo (ao norte do Rio Doce).** Vol. 1. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial de Belo Horizonte, 1949.

_____. **A questão de limites com o Estado do Espírito Santo (ao norte do Rio Doce).** Vol. 2. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial de Belo Horizonte, s. d.

_____. **A questão de limites com o Estado do Espírito Santo (ao norte do Rio Doce).** Vol. 3. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial de Belo Horizonte: 1958.

VALLE, Euripedes Queiroz do. **O Estado do Espírito Santo e os espírito-santenses: dados, fatos e curiosidades.** Vitória, ES: APEX, 1971.

VIEITES, Ethel Guedes et. al. **Sertões do Leste: a construção de uma região geográfica.** Rio de Janeiro: Geo UERJ, ano 16, nº 25, vol. 1, 1º semestre 2014.

ZANONI, Ângelo de Souza. **Gênese fundiária e o movimento de territorialização do Noroeste do Espírito Santo: um recorte espaço-temporal (1920 -1950).** Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Geografia. Vitória, ES: UFES, 2013.

Revistas e outras publicações do IBGE:

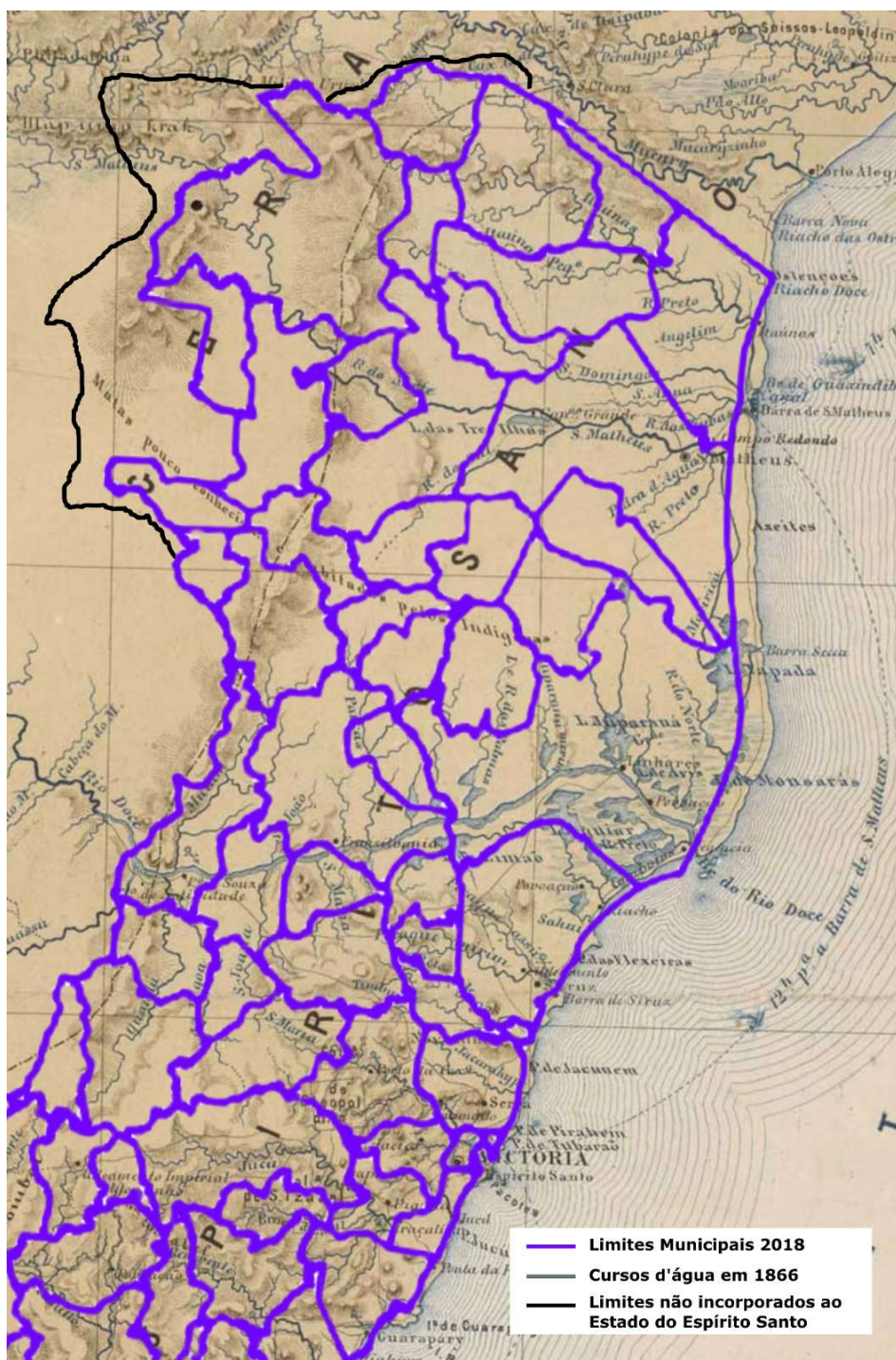
Vários autores. **Boletim Geográfico do IBGE** (até 1963).

_____. **Revista Brasileira de Geografia do IBGE** (1939 – 1963).

_____. **Censos Agropecuários** (1920 – 1970).

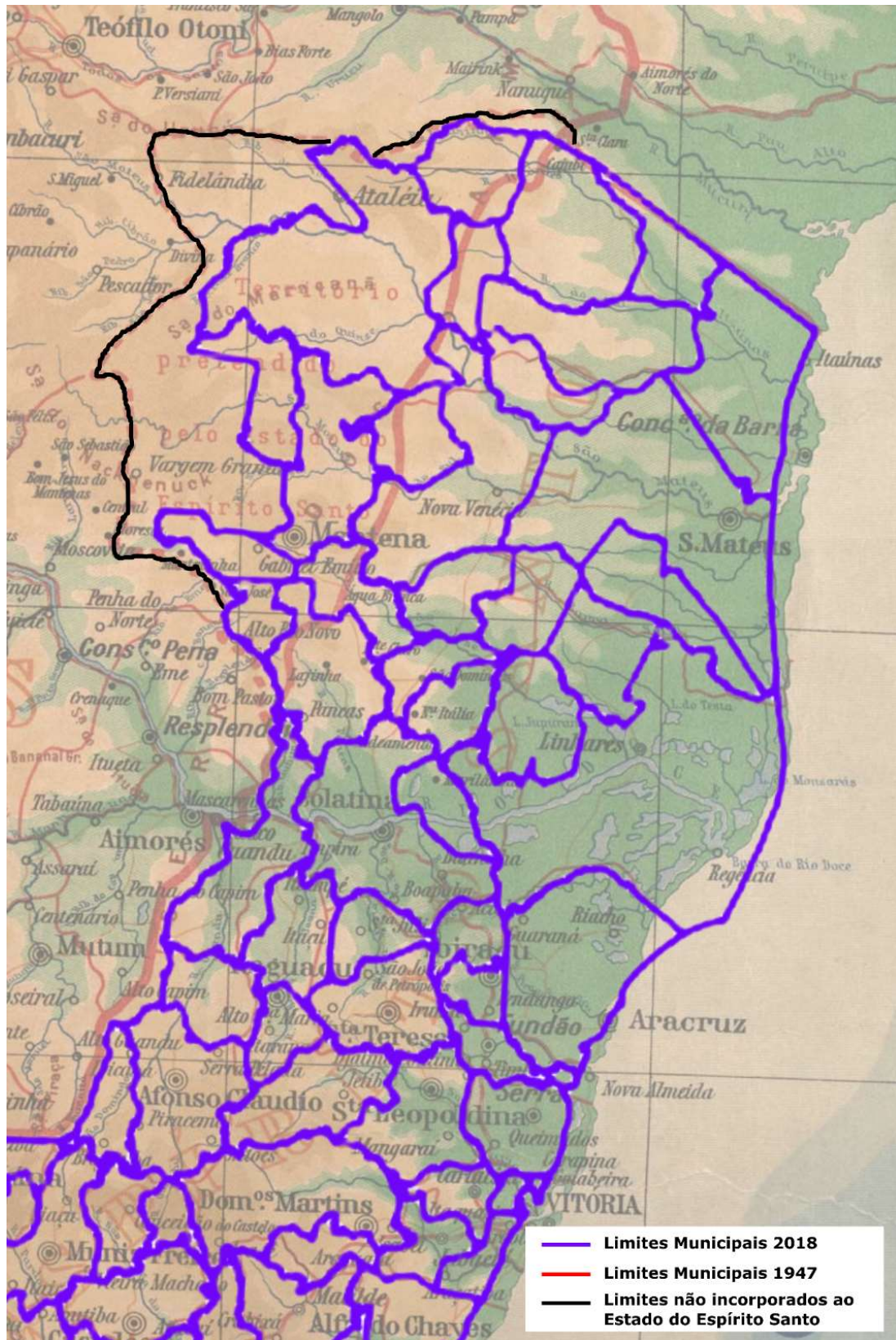
_____. **Censos Demográficos** (1920 – 1970).

ANEXO I: Série de mapas históricos do Espírito Santo



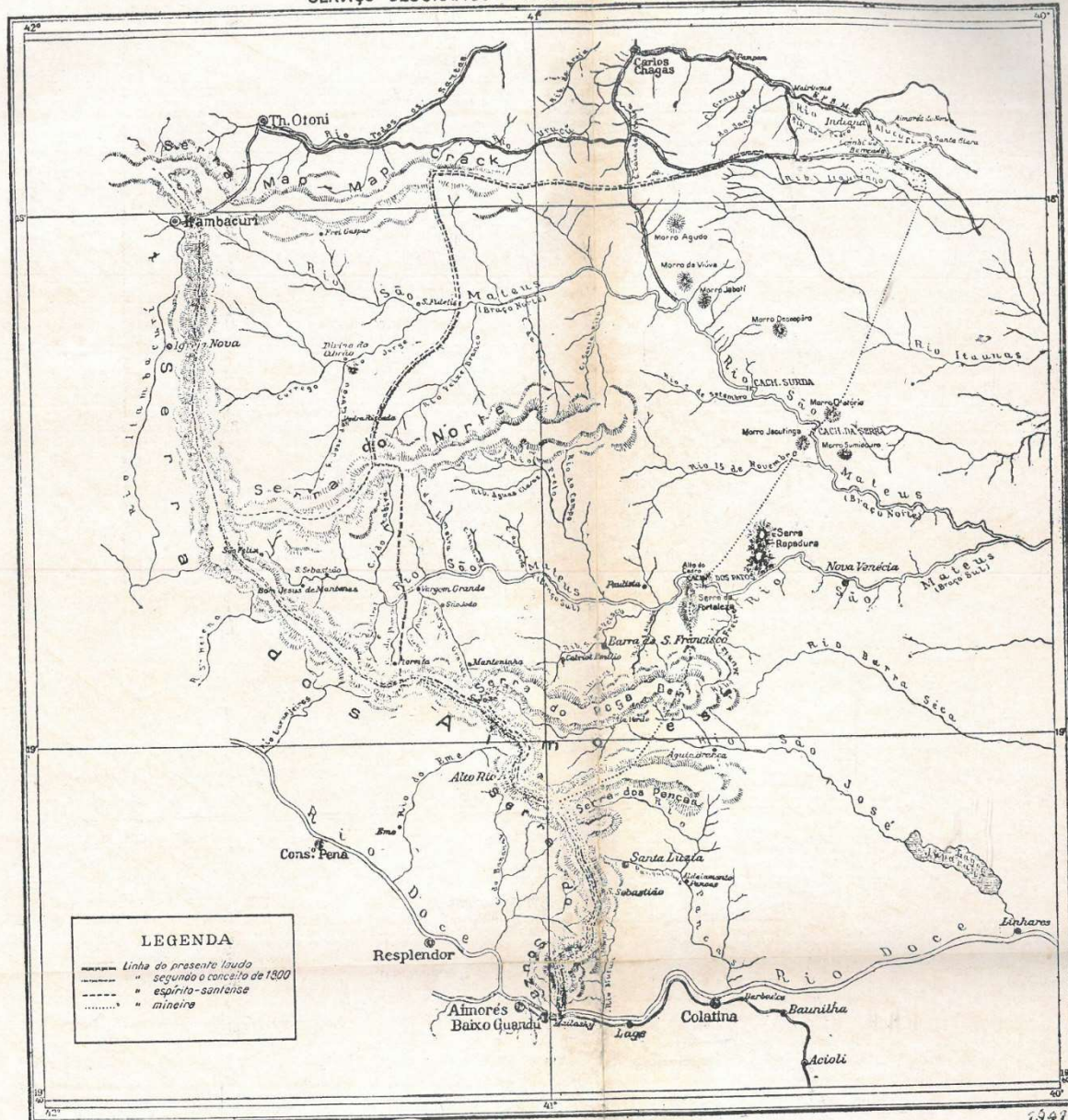
Mapa 4: sobreposição dos limites atuais do Espírito Santo a um mapa de 1866. Observa-se uma precisão ímpar do mesmo, o que leva a questionar a intencionalidade do “desconhecimento” dos limites entre Minas Gerais e Espírito Santo.

Fonte: arquivo digital da Biblioteca Nacional. Sem autor. Colaboração: Sidinei Marques Carvalho.



Mapa 5: sobreposição dos limites atuais do Espírito Santo a um mapa de 1947. Observa-se, na linha rosa, à noroeste, os limites do Espírito Santo à época, e em preto, a região pleiteada pelo Estado. Fonte: arquivo digital da Biblioteca Nacional. Sem autor. Colaboração: Sidinei Marques Carvalho.

SERVIÇO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO EXÉRCITO



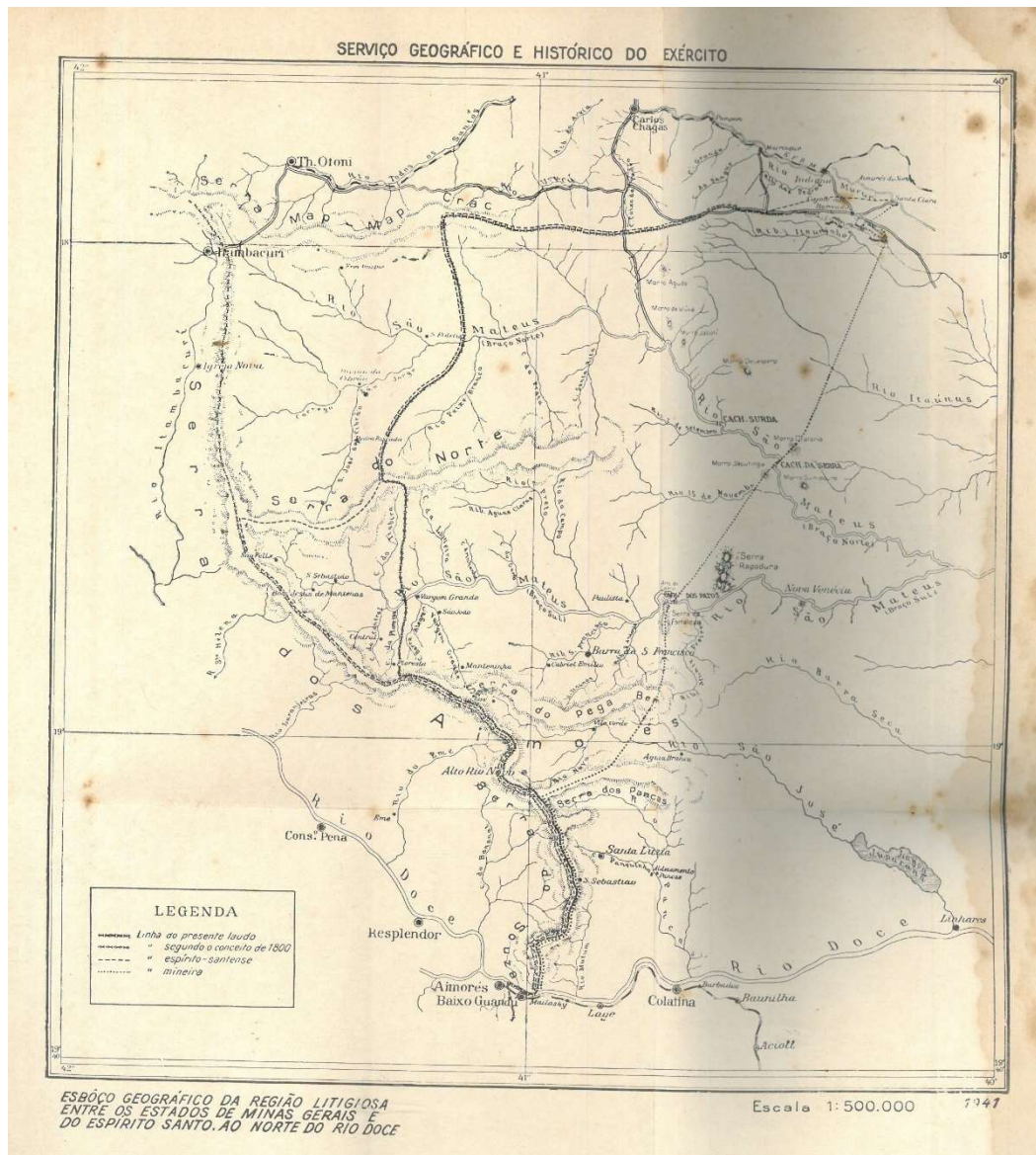
ESBOÇO GEOGRÁFICO DA REGIÃO LITIGIOSA
ENTRE OS ESTADOS DE MINAS GERAIS E
DO ESPÍRITO SANTO, AO NORTE DO RIO DOCE

Escala 1:500.000

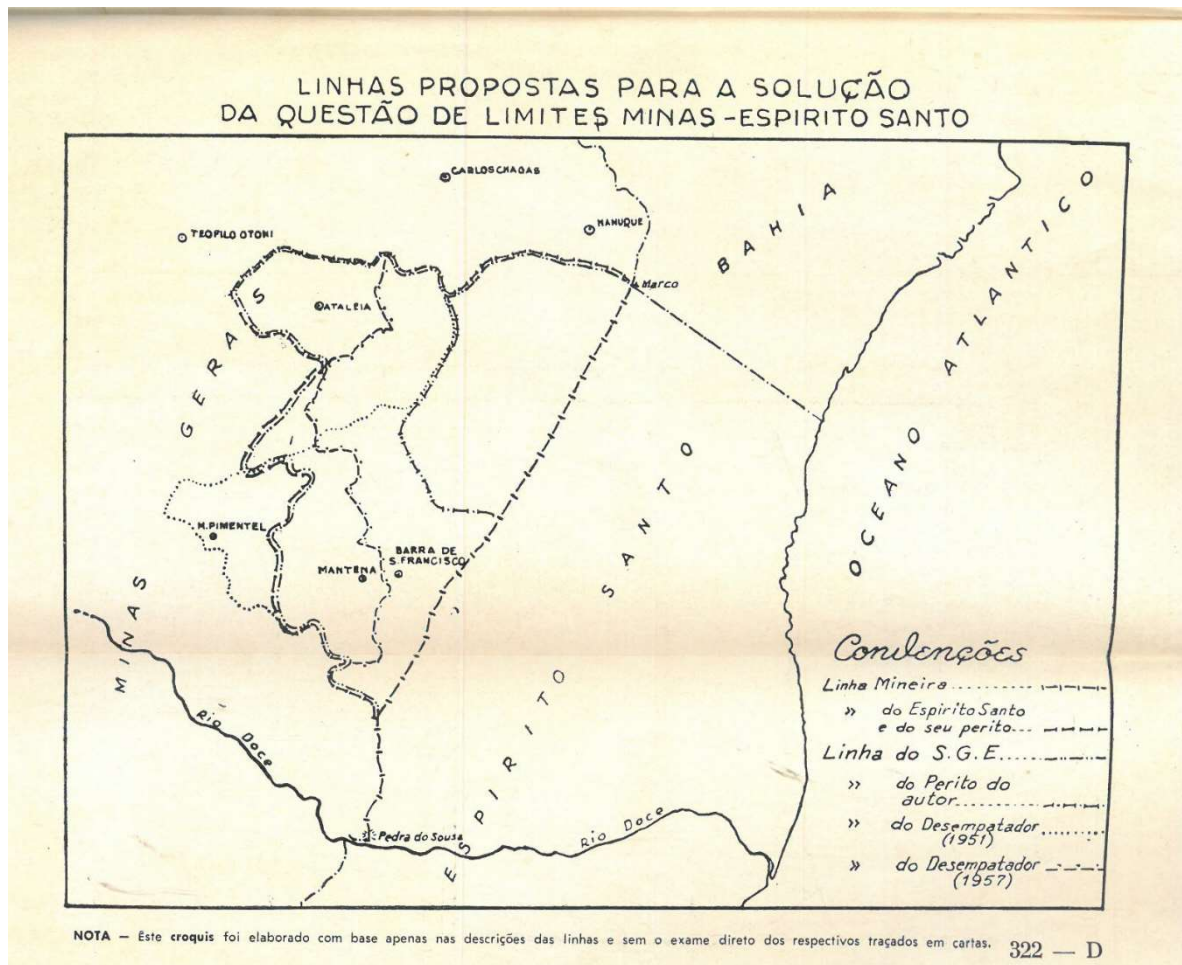
FIG. 38 — Reprodução fotográfica do mapa organizado pela Comissão de Oficiais do Serviço Geográfico do Exército, como anexo ao "Laudo de 1941"

214 — A

Mapa 6: elaborado pelo Serviço Geográfico do Exército – 1941 (GABAGLIA: 1950).



Mapa 8: elaborado pelo Serviço Geográfico do Exército (RIBEIRO: 1949).



Mapa 10: croqui da Região Litigiosa (ANDRADE, 1958)